



PERSPECTIVAS DA GESTÃO ESCOLAR:

ESPAÇO-TEMPO DEMOCRÁTICO DE PARTICIPAÇÃO

ALLAN DIÊGO RODRIGUES FIGUEIREDO
JONILSON ALVES PEREIRA
ORGANIZAÇÃO

PREFÁCIO ESCRITO POR JOSÉ CARLOS LIBÂNEO

ARCO
EDITORES ● ● ●

Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Aline Graziele Benitez

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa

www.canva.com

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prod. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza -Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio -Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch -Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra Liziany Müller Medeiros -Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra Marcela Mary José - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central "Marta Abreu" de Las Villas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perspectivas da gestão escolar [livro eletrônico] :
espaço-tempo democrático de participação /
organização Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo,
Jonilsom Alves Pereira. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-128-1

1. Conselhos de escola 2. Escolas públicas -
Aspectos sociais 3. Gestão escolar 4. Família e
escola 5. Participação do cidadão I. Figueiredo,
Allan Diêgo Rodrigues. II. Pereira, Jonilsom
Alves.

23-165195

CDD-371.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Gestão escolar : Planejamento e estratégia : Educação 371.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



10.48209/978-65-5417-128-1

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

Agradecimentos... Agradecemos aos nossos pais, familiares e amigos, por nos incentivarem e acreditarem em nossos sonhos de cursar a Licenciatura em Ciências Biológicas no IFPI - Campus Valença do Piauí. Agradecemos também aos nossos professores/as da Educação Básica e aos que nos acompanham hoje na Graduação, auxiliando-nos na experiência de construir conhecimentos para a vida profissional e o nosso crescimento como seres humanos comprometidos com a transformação social.

“[...] de fato, a instituição escolar caracteriza-se por ser um sistema de relações humanas e sociais com fortes características interativas, que as diferenciam das empresas convencionais”.
(LIBÂNEO, 2003, p. 316-317).

Sumário

PREFÁCIO.....12

INTRODUÇÃO.....17

BLOCO I: GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

CAPÍTULO 1

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E SEUS PRINCÍPIOS: UMA
CONSTRUÇÃO COLETIVA NO COTIDIANO ESCOLAR.....21**

Carlos Henrique Carvalho Silva

Carolina Soares Sousa

Isamara Carvalho dos Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-128-A

CAPÍTULO 2

**OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, COM FOCO
NA GESTÃO PARTICIPATIVA.....29**

Marcos Victor Sousa Silva

Renata Cardoso da Silva Lima

Thaís Alves Dantas

doi: 10.48209/978-65-5417-128-0

CAPÍTULO 3

**AS DIMENSÕES E PRINCÍPIOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA
NO CONTEXTO ESCOLAR.....36**

Geovanna Stefany Nunes da Costa

Flávio Segundo Ferreira da Silva

Antônio Ryan de Sousa Pereira

doi: 10.48209/978-65-5417-128-2

CAPÍTULO 4

INTERFERÊNCIA DO MODELO CÍVICO-MILITAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: IMPACTOS NA AUTONOMIA DOS EDUCADORES E NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS.....44

Maria Marcilene de Sousa Pacheco

Nathacha Alves de Sousa

Odila da Silva Bezerra

doi: 10.48209/978-65-5417-128-3

CAPÍTULO 5

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO NO JOGO DO PODER PARA A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....52

Gracilene Maria de Sousa Costa

Letícia de Oliveira Carvalho

Maria Rafaela da Silva Vital

doi: 10.48209/978-65-5417-128-4

CAPÍTULO 6

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR A PARTIR DE PAULO FREIRE 60

Jordânia Catarina de Souza e Silva

Maria Clara Guilherme de Oliveira

Vitória Isabel da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-128-5

BLOCO II: INSTÂNCIAS DA GESTÃO ESCOLAR

CAPÍTULO 7

A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....68

Diego Pereira Barros

Naiá Meirelles Sousa Araújo

Sara de Sousa Gonçalves

doi: 10.48209/978-65-5417-128-6

CAPÍTULO 8

CONSELHOS ESCOLARES NA DESCONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA MILITARIZADA DAS ESCOLAS.....79

Alissandy da Costa Lima

Nágela Cruz de Oliveira Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-128-7

CAPÍTULO 9

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: REFLEXÕES SOBRE AS SUAS FUNÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR.....86

Adelino de Jesus Alves

Caike Carvalho Sousa

Jórdan William da Silva Ribeiro

doi: 10.48209/978-65-5417-128-8

CAPÍTULO 10

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A ELABORAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR.....95

Adryelle Loureiro Dantas

Yállen José de Souza Soares

Hiago Ruan Barbosa do Nascimento

doi: 10.48209/978-65-5417-128-9

CAPÍTULO 11

CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO NAS ESCOLAS PÚBLICAS.....104

Ana Rita Gomes Bezerra

Ana Kelly Pereira de Sousa

Edilene Oliveira da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-128-X

CAPÍTULO 12

A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR E DO CONSELHO DE CLASSE PARA A EVOLUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR.....111

Carlos Manoel da Cunha Bezerra

Francisco Thiago Noronha

Tailan José da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-128-D

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....119



O Prof. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí, atualmente doutorando em Educação na UFPE, me pediu um prefácio para abrir a coletânea de textos produzidos por seus alunos sobre gestão escolar democrática. Primeiramente, devo dizer da minha alegria em tomar conhecimento do envolvimento do Prof. Allan, que tem formação em Pedagogia, Filosofia e Teologia, com o tema da organização e gestão da escola, a ponto de sensibilizar seus alunos de Licenciatura em Ciências Biológicas a aprofundarem estudos e realizarem produção escrita sobre esse tema. O livro organizado para publicação e divulgação do trabalho dos seus alunos é uma prova daqueles requisitos de um bom professor: domínio do conteúdo, capacidade de mobilizar os motivos dos alunos para o estudo, capacidades de utilização de adequados procedimentos de ensino e de interação com os alunos, visando à sua aprendizagem .

Em segundo lugar, fico feliz pela indicação dos meus livros para o estudo dos alunos. Há anos, desde que iniciei minha vida profissional no campo da Educação como diretor de escola, venho mantendo uma predileção especial pelo tema da organização e gestão escolar, pela importância dessa atividade escolar na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Já como pesquisador e atuando na docência universitária, me envolvi em outros estudos, como teoria da educação, teoria histórico-cultural, didática, políticas públicas para a escola, mas não deixei meu interesse pela organização e gestão da escola em razão de sua importância para a valorização da escola pública.

Em escritos e palestras, tenho reiterado que uma escola funciona com, pelo menos, seis elementos: o currículo, os professores que põem em ação esse currículo, a organização e gestão, a avaliação da aprendizagem dos alunos e do próprio funcionamento da escola, as condições físicas, materiais e as condições de trabalho e o financiamento desse processo. Todos esses elementos são importantes, mas todos eles dependem das formas de organização e gestão, pois é por meio delas que todos os demais elementos irão funcionar. Quem lida com escola e com o processo de ensino-aprendizagem sabe que, de fato, a qualidade das aprendizagens dos alunos depende de uma boa gestão desses elementos mencionados como requisitos para o funcionamento da escola.

Eu queria trazer alguns breves comentários sobre os 12 capítulos da coletânea com base nos meus estudos mais recentes. Os capítulos destacam acertadamente a participação como requisito necessário da gestão democrática, o caráter educativo das práticas de organização e gestão, as características da gestão democrática, entre elas, o diálogo, a participação dos pais por meio dos conselhos escolares e no acompanhamento das atividades escolares. Mas eu queria pôr em destaque uma característica central da organização escolar humanizante e democrática, condição para todas as demais características: o papel educativo das práticas institucionais, isto é, seu impacto na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Essa característica central foi, sim, realçada em alguns capítulos em que os autores afirmam o papel do ambiente escolar na formação dos alunos, ou seja, defendem a ideia de que as práticas de gestão existentes na escola, o estilo de relações humanas entre professores e entre professores e alunos, a organização do espaço físico, os processos de tomada de decisões, as rotinas do cotidiano escolar, a limpeza e higiene da escola, todas elas são práticas que educam e ensinam.

Meu entendimento, hoje, sobre esse assunto é que, de fato, as práticas de organização e gestão são práticas educativas, mas quero ressaltar sua atuação e incidência direta na aprendizagem e desenvolvimento humano dos alunos que, no final de contas, é o principal objetivo das escolas. Há, sim, na gestão da escola, aspectos administrativos, burocráticos, técnicos, e até mesmo de gestão democrática. Mas considero importante destacar que as escolas existem para educar, ensinar, socializar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos. Não resolve muito a escola ser bem gerida administrativamente ou, mesmo, com gestão democrática e participativa, se essas práticas não incidem na melhor aprendizagem e no desenvolvimento pleno da personalidade dos alunos.

Devo trazer aqui o conceito do pesquisador russo Lev Vygotsky de “situação social de desenvolvimento”, segundo o qual o meio social representa a fonte principal de desenvolvimento e de construção de características da personalidade. Isso significa que as práticas organizacionais existentes na escola influenciam o comportamento e os modos de agir de todas as pessoas que nela trabalham, mas incidem, especialmente, na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Dizendo em outras palavras, as práticas socioculturais e institucionais vivenciadas na escola constituem o meio social, mencionado por Vygotsky, que pode propiciar (ou não) as condições de aprendizagem e desenvolvimento que afetarão de forma positiva ou negativa os motivos e as capacidades dos alunos para a vida social. Desse modo, a equipe escolar – diretor, coordenador pedagógico, professores, pessoal administrativo – precisa ter consciência de que os alunos não só participam dessas práticas socioculturais e institucionais presentes na organização escolar, como são fortemente influenciadas por elas em seus valores, seus modos de pensar e agir, suas competências e motivos para a vida.

Não posso deixar de mencionar, a partir dessas reflexões, a importância da atuação do diretor da escola e do coordenador pedagógico em assegurar as condições organizacionais para criar na escola a situação social de desenvolvimento, visando promover a aprendizagem e o desenvolvimento de professores e alunos. Especialmente em relação à coordenação pedagógica defendo, há tempos, não apenas a atuação do coordenador pedagógico na escola, mas que a principal atribuição desse profissional é a de promover a formação continuada na situação de trabalho, especialmente a assistência pedagógico-didática direta aos professores em sala de aula para o que se requer, um sólido conhecimento da didática. Tenho a crença de que o investimento na formação continuada dos professores na situação de trabalho é um dos caminhos para a melhoria da qualidade da educação básica no país. É por isso que tenho defendido ardorosamente uma formação acadêmica específica do coordenador pedagógico, porque seu papel não pode ser meramente burocrático, como tem sido, mas sim, pedagógico, voltado para a qualificação pedagógica e didática dos professores.

Foram essas as considerações provocadas pela leitura dos capítulos do livro organizado pelo Prof. Allan e escrito por seus alunos. Quero dizer, finalmente, que tenho uma crença muito forte no valor democrático, social, humano, da formação cultural e científica de nossos alunos. Isso acontece pelo trabalho dos professores, na sala de aula, onde acontece, de fato, a qualidade de ensino. É na sala de aula que podemos ver o que os alunos estão aprendendo, como estão aprendendo e o que fazem com o que estão aprendendo. É para isso que uma escola precisa funcionar bem, é para isso que existem as práticas de organização e gestão. Quem sabe autores de capítulos deste livro alimentem seu desejo de buscar formação específica para exercer as funções de direção de escola ou de coordenação pedagógica e, assim, contribuir para alcançar o principal objetivo das escolas, a aprendizagem e o desenvolvimento humano dos alunos.

Esta coletânea, produzida por alunos de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFPI - Campus Valença do Piauí, precisa chegar às escolas de Educação Básica, como contribuição da Universidade para a formação continuada de dirigentes escolares e professores, sempre no propósito de uma Educação humanizante, emancipatória e democrática, visando ao desenvolvimento humano dos alunos.

*Prof. José Carlos Libâneo
Goiânia (GO), 29 de junho de 2023.*



O presente e-book é resultado de uma construção coletiva dos/as licenciandos/as do módulo III/2023, do componente curricular Gestão e Organização da Educação Escolar, da Licenciatura em Ciência Biológicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Campus Valença do Piauí. A cidade, de 22.281 habitantes (IBGE, 2022), está situada a 216 km ao sul da capital, na região conhecida como “Vale do Sambito”, marcada culturalmente por sua origem indígena e quilombola, formada por 15 municípios, cuja economia assenta-se, basicamente, na agricultura familiar e no comércio.

A proposta que deu origem ao e-book teve como objetivo compreender a gestão escolar a partir dos princípios da escola democrática e participativa, buscando investigar a função e a participação dos diversos agentes sociais e estruturas que sustentam a dinâmica da comunidade educativa: o trabalho do gestor e do coordenador pedagógico; a importância dos conselhos escolares e de classe; a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos e o papel da comunidade local na configuração do ambiente escolar, junto com os demais sujeitos educativos, em vista do ensino de qualidade e da transformação da realidade escolar.

Nesse sentido, o movimento de produção acadêmica dos licenciandos/as priorizou a reflexão acerca da gestão democrática por meio de discussões sobre autonomia, descentralização e relações sociais, reconhecendo que a escola é um espaço-tempo para a construção e vivência da democracia e da cidadania.

Entende-se como gestão escolar democrática aquela que tem como princípio e fundamento o envolvimento de todos os sujeitos da comunidade escolar nos processos educativos, buscando alcançar, democrática e coletivamente, melhorias no ensino e aprendizagem. Este modo de compreender a gestão foi desenvolvido a partir das últimas décadas do século XX, substituindo a concepção tradicional que, até então, predominara nas escolas, com suas práticas autoritárias, centralizadoras e diretivas. No Brasil, especificamente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os educadores e teóricos da educação sentiram-se motivados a refletir sobre o papel do gestor escolar e a incorporar novas práticas, buscando uma escola mais participativa, que proporcione a crianças e jovens, no contexto da Educação Básica, uma educação de qualidade, uma formação integral para a cidadania, ajudando-os a crescer na consciência da importância de sua participação democrática na sociedade.

O primeiro bloco apresenta reflexões acerca do estatuto da gestão escolar democrática, por meio da articulação teórico-prática em torno dos princípios e fundamentos do conceito. O segundo bloco, por sua vez, reúne reflexões que abordam as instâncias concretas da gestão escolar, responsáveis por assegurar a efetivação do seu viés democrático, como a coordenação pedagógica, o projeto político-pedagógico, os conselhos escolares e de classe e a participação dos pais e da comunidade na busca por uma Educação democrática e cidadã.

Por fim, vale lembrar que a proposta constituiu um desafio aos/às licenciandos/as – residentes no município de Valença, em outras cidades e comunidades rurais da região – a produzirem seus textos, assumindo a postura de autores e autoras que compartilham suas reflexões acadêmicas e leituras de mundo por meio de seus escritos, articulados em torno da perspectiva democrática da Educação.

Convidamos os leitores a participarem desse itinerário de reflexão acadêmica sobre a gestão democrática no contexto escolar, reafirmando a nossa certeza de que, sim, é possível esperar e sonhar com uma escola democrática, inclusiva, bonita, baseada na cultura da paz, um espaço-tempo edificado por educadores/as e educandos/as capazes de resistir e romper o círculo de violência contra a escola que tem se manifestado ultimamente em nosso país. Esperancemos!

Prof. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo

Prof. Jonilsom Alves Pereira

Valença do Piauí, 29 de junho de 2023.



BLOCO I:

GESTÃO ESCOLAR

DEMOCRÁTICA



A GESTÃO DEMOCRÁTICA E SEUS PRINCÍPIOS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA NO COTIDIANO ESCOLAR

Carlos Henrique Carvalho Silva

Carolina Soares Sousa

Isamara Carvalho dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-A

Introdução

A gestão democrática no espaço de uma instituição escolar acontece quando há o envolvimento de toda a comunidade educativa nos processos de tomadas de decisões. Freire (2003) reflete que a democracia e a educação têm que andar juntas: “Nenhuma reflexão em torno de educação e democracia pode ficar ausente da questão de poder, da questão econômica, da questão da igualdade, da questão da justiça” (FREIRE, 2003, p. 192). Ele falava que a escola é um lugar de referência para a comunidade e que ela tem que conhecer todos da região para que os diretores, junto com toda a escola, consigam criar métodos democráticos para terem um ensino de qualidade.

O presente capítulo tem como tema Gestão democrática e seus princípios: uma construção coletiva no cotidiano escolar. O mesmo tem como objetivo refletir os princípios da Gestão democrática, visando ao efetivo funcionamento da vida escolar, a partir da seguinte problemática: quais são os princípios da Gestão democrática que possibilitam o efetivo funcionamento da vida escolar?

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico, que, segundo Gil (2019), fundamenta-se a partir de estudos já publicados. A gestão democrática começou a tomar sua importância no marco dos princípios legais sobre a gestão democrática, que só começaram a ser garantidos a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Segundo Cury, Horta e Brito (1997), a legislação brasileira, apesar de todos os problemas existentes, dá subsídios legais para que todos tenham o benefício de uma educação de qualidade.

Desde então, o papel do gestor na escola mudou consideravelmente, pois antes da gestão democrática, adotava-se na escola o autoritarismo, segundo o qual o diretor tomava as decisões sozinho, sem a opinião dos demais. Contudo, é necessário que a comunidade e o corpo docente e discente possam participar das tomadas de decisões. Com isso, agora, o gestor passa a aceitar opiniões da comunidade escolar e dos demais, conseguindo, assim, oferecer uma educação com mais qualidade.

Sabemos que a gestão democrática envolve algumas práticas que ajudam no desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos, tanto dentro da sala de aula quanto fora, uma vez que os alunos aprendem por experiências vividas no cotidiano, fazendo com que o mundo do pensar e do agir seja considerado de forma igualitária, afinal, o ambiente escolar também educa. Por essa razão, é importante todos participarem, se fazerem presentes nas tomadas de decisões, na estrutura da gestão, no relacionamento entre pessoas e até mesmo no modo

como os alunos são tratados na chegada à escola. Tudo isso engloba a participação e a qualificação do ensino e aprendizagem dos alunos, pois todas essas e outras ações carregam um forte sentido educativo, ou seja, a organização escolar e o processo de ensino e aprendizagem andam de mãos dadas, considerando que as práticas educativas numa boa escola, pautadas na participação de todos, asseguram as melhores condições para o desenvolvimento de alunos e professores.

Papel dos Gestores Escolares na Consolidação de uma Gestão Democrática

Antes da Constituição Federal de 1988, os diretores tinham a função de guiar a escola, colocar ordem, sem interferência das pessoas que trabalham na escola, como relatam Almeida e Alonso (2007, p. 25):

Nesse contexto, o trabalho do gestor consistia em administrar a rotina escolar dentro do regime estabelecido de ordem e disciplina, garantindo que as atividades de ensino fossem realizadas de forma satisfatória. Para tanto, contava com uma estrutura rígida, em que as atribuições e as responsabilidades estavam bem definidas, bem como as expectativas da instituição e da comunidade escolar.

Dentro da gestão democrática escolar existem princípios essenciais, ou seja, é fundamental garantir a participação, transparência, igualdade, liberdade, divisão de responsabilidades, autonomia e a descentralização das decisões. Sendo assim, a gestão consegue alcançar bons resultados. Libâneo (2004) argumenta que para assegurar a gestão democrática é essencial a participação, ou seja, o envolvimento de professores e funcionários, pais, mães e alunos nos processos decisórios, bem como no funcionamento da escola. As instituições precisam estar preparadas para ter uma boa comunicação e um bom diálogo entre os professores e alunos, a fim de formar jovens que possam, não apenas progredir no mercado de trabalho, mas também estar preparados para viver em sociedade.

Sabe-se que os princípios de gestão democrática podem ser colocados em prática de diversas formas, como em reuniões dos conselhos de classe, conselhos participativos, reuniões com os pais, grêmio estudantil, entre outros. A gestão democrática se efetiva na perspectiva da descentralização e da autonomia, princípios que discutiremos a seguir.

Descentralização

Para ser eficaz, a gestão escolar necessita estar atenta a outro fator fundamental: a descentralização nos processos pertinentes à dinâmica própria de uma instituição educativa. Amaral (2002) reflete que a descentralização favorece um melhor desempenho dos alunos, promovendo a sua participação e responsabilização nos processos educacionais, com a consequente melhoria no funcionamento da escola. Quando a instituição cria o espaço para a tomada de decisões de modo descentralizado, a democracia, que constitui um valor na vida da sociedade, torna-se um valor essencial na configuração de um ambiente escolar saudável, assegurando a participação de todos os sujeitos da comunidade educativa, por meio de uma melhor e mais adequada gestão dos recursos disponíveis, como também na elaboração e execução das atividades e programas relativos ao projeto político pedagógico da instituição.

Autonomia

Sabemos que, para uma gestão democrática de boa qualidade, é preciso se ter autonomia, que dá o direito do indivíduo, grupo, instituição, entre outros, de tomar suas próprias decisões. Nesse sentido, pode-se afirmar que a autonomia escolar é:

[...] um exercício de democratização de um espaço público: é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade de dar respostas ao cidadão (aluno e responsável) a quem servem, em vez de encaminhá-lo

para órgãos centrais distantes onde ele não é conhecido e, muitas vezes, sequer atendido. A autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que caracteriza como uma categoria eminentemente democrática (NEVES, 1995, p. 99).

Gestão Democrática X Práticas e Aprendizagem dos Alunos

A organização da escola se dá por práticas educativas, pois os professores não ensinam e nem educam somente em sala de aula. Muitos ainda pensam que se faz gestão democrática somente com o gestor, e que a responsabilidade é somente dele. A gestão democrática, ao invés disso, se faz por todos, pois todos da escola devem estar envolvidos e apresentando seus pontos de vista para a melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos, considerando que afirmar que “o ambiente social existente na escola educa, significa dizer que os modos de funcionamento da escola são práticas educativas, elas [...] propiciam aprendizagens, produzem mudanças no modo de pensar e agir das pessoas” (LIBÂNEO, 2014, p. 3).

Considerações Finais

Conforme afirmamos anteriormente, os professores não ensinam somente em sala de aula, mas no cotidiano da escola. A vivência de cada um deles é a maneira de se relacionar entre si e com os alunos. Além disso, para se saber se a escola vive de fato essas práticas democráticas, é preciso observar o cotidiano de todos: se os zeladores, vigias, professores etc. estão envolvidos nas práticas de ensino, pois sabemos que essas práticas carregam um forte sentido educativo para a aprendizagem dos alunos.

É nítido que a escola exerce forte influência no ensino e aprendizagem dos alunos, considerando que o aluno só aprende, de fato, em organização, e uma escola organizada e bem planejada faz com que a aprendizagem dos alunos seja eficiente e de qualidade. Libâneo (2014) afirma que o “ambiente escolar é considerado em sua dimensão educativa, ou seja, as formas de organização e gestão, o estilo das relações interpessoais [...], os processos de tomada de decisões etc. são também práticas educativas” (LIBÂNEO, 2014, p. 5). Então, como sabemos, tudo está envolvido no processo de ensino e aprendizagem dos alunos e tudo faz com que a escola e os alunos sejam beneficiados com uma educação de qualidade. Uma escola organizada, afinal, faz com que os alunos aprendam, também, a ser.

Por fim, diante da problemática exposta sobre os princípios da gestão democrática, que possibilitam o efetivo funcionamento da vida escolar, foi possível destacar, ao longo dessa pesquisa, que a gestão democrática é de suma importância para a comunidade escolar, pois, numa gestão coletiva, os docentes, discentes, gestores, comunidade, funcionários e todos aqueles que fazem parte da instituição, podem se sentir no direito de dar sua opinião sobre os assuntos pertinentes à vida escolar.

Os efeitos das práticas da organização e gestão democrática nas escolas são perceptíveis nos resultados obtidos na aprendizagem dos alunos, no seu crescimento humano integral, pois a gestão coletiva, que engloba todos os agentes da escola, envolve a todos os sujeitos educativos nas tomadas de decisões, o que contribui para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Uma gestão democrática, com a participação de todos, faz com que o desempenho dos alunos seja eficiente e de qualidade, pois algumas práticas democráticas e participativas fazem com que o ensino dos alunos seja exemplo para o dia a dia da vida de cada um deles.

Nessa perspectiva, o ensino e aprendizagem dos alunos acontece não só em sala de aula, mas na observação e vivência fora dela. O ambiente da escola é, portanto, considerado uma dimensão fundamental para o ensino, como o espaço físico, as relações interpessoais, as rotinas administrativas e outros aspectos.

Neste sentido, a vivência exerce uma influência basilar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos e, por isso, a gestão de uma escola deve ser organizada, sendo necessário que ela inclua todos ao seu redor, valorizando os saberes de cada um dos sujeitos na escola, sua colaboração nas decisões, visando a uma Educação democrática e humanizada.

Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes (Org.) **Tecnologia na formação e na gestão escolar**. São Paulo: Avercamp, 2007.

AMARAL, Jose. **Gestão da Escola como Instrumento para a melhoria das condições de ensino**. FUNDESCOLA. FNDE. MEC. 2002.

BRAGA, Simone Bitencourt; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. **Um estudo sobre o Programa “Excelência em Gestão Educacional” da Fundação Itaú Social**. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt05_trabalhos_pdfs/gt05_3289_texto.pdf Acessado em: 10/02/2017.

CARVALHO, Cynthia Paes de. Gestão, autonomia e liderança na escola: alguns conceitos e desafios atuais. Coleção Gestão e Avaliação da Educação Pública – Volume III – **Gestão do Currículo e Gestão e Liderança**. 2012. p. 77-95.

CURY, Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Bahia; BRITO, Vera Lúcia Alves de. **Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação**. São Paulo: Editora do Brasil, 1997. D.137-206.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática**. 5ª edição. Goiânia: Ed. Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Editora Heccus, 2014.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos A (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.



OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, COM FOCO NA GESTÃO PARTICIPATIVA

Marcos Victor Sousa Silva

Renata Cardoso da Silva Lima

Thaís Alves Dantas

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-0

Introdução

O presente texto tem como objetivo compreender os princípios da gestão participativa. A gestão democrática fundamenta-se em princípios norteadores que garantem o funcionamento e organização na escola, com base na igualdade, divisão de responsabilidade, transparência, participação coletiva, democracia e descentralização de decisões. É justo e se faz necessária a participação de toda a comunidade que compõe a gestão escolar, na construção de uma escola democrática. Partindo desse questionamento, este texto levanta o seguinte problema: como a gestão participativa influencia na aprendizagem dos alunos?

Esse capítulo foi escrito a partir da leitura de livros e artigos nos quais vários autores apresentam suas reflexões a respeito da temática. Trata-se, por-

tanto, de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil, é aquela que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

Os Princípios da Gestão Democrática

Libâneo (2002, p. 87) assevera que “o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola é a participação direta dos sujeitos escolares, possibilitando, assim, o envolvimento direto de todos os integrantes da escola”. Com a participação de todos os que formam a equipe pedagógica e a comunidade escolar, é possível construir uma instituição escolar ancorada nos princípios da gestão democrática e participativa. Gadotti (1997, p. 16) ainda afirma que

[...] todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida.

Inserir-se no ambiente escolar torna os cidadãos mais atentos aos acontecimentos da instituição, uma vez que a inclusão da comunidade faz com que cresça o interesse e a participação desses indivíduos no ambiente escolar. Ainda se observa, porém, a pouca participação dos demais funcionários, e a administração escolar ainda está amarrada à forma de trabalho verticalizada, reforçando a hierarquia, destruindo qualquer relação de comunidade, impedindo pais, funcionários, alunos, de tomarem decisões ou opinarem, jogando para o diretor toda a responsabilidade de gerir, escolher e decidir.

Formas de Participação

As formas de participação envolvem a individualidade dos participantes, para torná-los autônomos na hora de tomarem decisões no contexto escolar. Num primeiro momento, faz-se necessária essa autonomia para que, posterior-

mente, haja um consenso coletivo sobre os objetivos a serem traçados dentro do ambiente escolar. Essa individualização é necessária, pois mostra às pessoas que elas têm voz e direito de opinar sobre os acontecimentos dentro da instituição.

Desse modo, a participação varia nas formas em que o indivíduo pode ser participante dos processos. Um primeiro exemplo de participação seria a participação como presença, a qual se classifica como aquela em que o sujeito, inserido em uma organização ou instituição, para ser identificado como um participante não precisará estar de fato impondo ideias e questionamentos. Este seria apenas um participante passivo, considerando que sua forma de participar seria basicamente estar presente fisicamente. Esta forma de participação ocorre, muitas vezes como obrigação, e não de fato pela própria vontade, como é o caso, por exemplo, de um estudante que frequenta as aulas apenas porque os pais o obrigam, sem que haja noção da parte dos alunos sobre a importância da educação para seu pleno desenvolvimento e sua formação como cidadão (LÜCK, 2006).

Apesar de muitos acreditarem que a participação se resume a basicamente estar presente fisicamente, isso tira dos sujeitos a voz. Eles estão ali, porém, sem voz ativa, sem atuar de forma integral nas tomadas de decisões. Isso acaba trazendo prejuízos, pois a inatividade e a indiferença do indivíduo dentro do ambiente em que participa o tornam passivo de esgotamento, com dificuldade de agir dentro da sua realidade.

Evidencia-se, pois, a significação inadequada e falsa de participação, nesse entendimento, que considera a presença física, o estar presente, como o bastante para que a pessoa seja considerada participante. Deixa-se de considerar que o termo em si pressupõe, além de fazer parte da ação efetiva de contribuição para o desenvolvimento da organização ou unidade social (LÜCK, 2006, p. 37).

Entende-se que a participação compreende algo além de estar presente fisicamente dentro de algum ambiente escolar. Necessita-se de voz, de se manter atento sobre os acontecimentos, para que se possa evitar situações como, por exemplo, reuniões para debate de assuntos referentes ao ensino, mas nas quais pouco se ouvem opiniões e ideias, pois todos estão no comodismo, que é apenas sua presença.

Quando se fala sobre participação como expressão verbal e discussão de ideias, temos a ideia de que teremos espaço aberto para expressar opiniões e pensamentos, mas não se pode esquecer que muitas vezes reuniões que são de caráter decisório só servem para determinar ou comunicar decisões que foram tomadas.

Ainda no tocante às formas de participação, podemos falar sobre a participação como representação. Esse tipo de participação constitui-se na utilização de representantes que ficam à frente da exposição, seja de ideias, pensamentos, opiniões ou direitos. Muito utilizada quando se trata de um grande grupo, no qual nem todos podem se fazer participantes, esta forma de participação tem um exemplo bem claro na escola, que são os conselhos escolares, constituídos por representantes a partir de votos: todos votam democraticamente, decidindo quem representará os alunos.

A participação como tomada de decisão constitui-se quando colaboradores e organizadores, juntos, tomam decisões coletivamente. No ambiente escolar já se observa o crescimento desse tipo de participação, com a criação de reuniões para se decidir atrações de eventos escolares ou até mesmo para resolver situações do dia a dia. Ainda assim, esta forma de participação pode, em algumas circunstâncias, ser conhecida como falsa democracia, pelo fato de reuniões decisórias serem realizadas apenas com o corpo docente, pela falta de

espaço para tais reuniões, ou até mesmo a utilização do tempo do corpo docente para tomar decisões que muitas das vezes não necessitariam de uma grande elaboração, apenas de bom senso dos envolvidos.

Princípios de Participação

No contexto da educação, a gestão participativa se articula visando tornar a comunidade incluída nessa conjuntura escolar nos métodos para a tomada de decisões, na programação de objetivos, na realização de projetos escolares e também na execução de atividades, que são realizadas em conjunto. Lück (2006) discorre sobre o conceito de gestão participativa:

A gestão participativa se assenta, portanto, no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto de sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização (LÜCK, 2006, p. 22).

Segundo Lück (2006), portanto, a gestão participativa abrange toda a comunidade escolar, conduzindo seus anseios, estabelecendo conselhos para dar voz e autonomia a todos, sobretudo, dentro da instituição de ensino, provando que a comunidade escolar pode reconhecer o seu lugar como parte da escola. Desse modo, consegue se colocar com as suas responsabilidades e reconhecer os seus deveres na instituição, contribuindo, assim, com o desenvolvimento pedagógico e, também, com o desenvolvimento escolar dos alunos. A gestão participativa pode, portanto, ser entendida como uma forma de gestão democrática, como um sistema em que as decisões escolares também são tomadas com o coletivo, envolvendo toda a comunidade escolar.

A participação se mostra fundamental na gestão escolar, pois se interliga em princípios que se conectam com a democracia, dentro da vivência social e

coletiva. Considerando que a participação é uma necessidade humana e implica uma visão global do processo social, é possível afirmar que a democracia é uma vivência social que se compromete com o coletivo, na construção do conhecimento. A construção do conhecimento, por sua vez, dá-se mediante o pensamento crítico de reflexão sobre a realidade na qual está inserido o indivíduo, com suas vivências e experiências. Lück (2006) ressalva que a criação da realidade, portanto, dá-se pela ação, que se torna fundamental para a criação do conhecimento, e a educação democrática é fundamental para a organização escolar, uma vez que cria espaço de participação para a transformação da realidade.

Ambiente Participativo

Faz-se necessário criar um ambiente participativo no âmbito escolar, local propício para o desenvolvimento intelectual do aluno, o compartilhamento de ideias, a liberdade de expressão e a estimulação do espírito de liderança, entre outras habilidades.

Dentre elas, destacam-se: a criação de uma visão de conjunto associada a uma ação cooperativa; a promoção de um clima de confiança e reciprocidade; a valorização da capacidade e aptidões dos participantes; a associação e integração de esforços; quebra de arestas e eliminação de divisões; o estabelecimento de demanda de trabalho centrado nas ideias e não em indivíduos; o desenvolvimento da prática da assunção de responsabilidades em conjunto (LÜCK, 2006, p. 90).

Para promover um ambiente participativo na escola, é necessário que os gestores escolares façam sua parte para a integração de ações pedagógicas que envolvam não só os gestores, coordenadores, pedagogos, professores e os funcionários gerais, mas sim, toda a comunidade local. Juntos, unidos para a construção de um ambiente propício para os alunos, que tenha qualidade de ensino e aprendizado.

Considerações Finais

Conclui-se que a gestão participativa tem total influência sobre o ensino e aprendizagem dos alunos, pois promove a democracia, a tomada de decisões, a liberdade de expressão, o trabalho coletivo, além de propiciar o conhecimento de seus direitos individuais e coletivos. Com a participação de toda a equipe pedagógica e a comunidade escolar, é possível transformar a realidade e a perspectiva dos alunos sobre o seu futuro.

Referências

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e preposições**. São Paulo: Cortez, 1997.



AS DIMENSÕES E PRINCÍPIOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ESCOLAR

Geovanna Stefany Nunes da Costa

Flávio Segundo Ferreira da Silva

Antônio Ryan de Sousa Pereira

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-2

Introdução

O livro “A Gestão Participativa na Escola”, escrito por Heloisa Lück (2013), aborda um tema muito importante no contexto educacional: a gestão participativa. Neste livro, a autora nos convida a refletir sobre as principais dimensões e princípios dessa abordagem na escola, usando uma linguagem mais acessível, com o objetivo de refletir sobre as principais dimensões e princípios da gestão participativa no contexto escolar.

A gestão participativa na escola é um modelo de administração que busca promover a participação de todos os funcionários da escola nas decisões e no

funcionamento da instituição. Isso significa que não apenas os gestores, mas também os professores, alunos, funcionários e pais são envolvidos de forma ativa e colaborativa nas tomadas de decisões e na definição das políticas e práticas da escola.

Ao adotar a gestão participativa, a escola busca criar um ambiente mais democrático e inclusivo, no qual todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas. Isso significa que as decisões não são tomadas apenas de cima para baixo, pelos gestores, mas são construídas coletivamente, levando em consideração as necessidades e perspectivas de todos os envolvidos.

Para a elaboração desse capítulo, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2019), é feita a partir de materiais já publicados, como livros, textos, revistas, jornais, dissertações e anais de eventos científicos. Foram realizadas pesquisas de artigos científicos sobre gestão democrática e participação, e foi utilizado o livro “Gestão Participativa na Escola” (LÜCK, 2013). Foi realizada uma leitura exploratória dos materiais para verificar os que teriam mais relevância para o trabalho.

O Contexto Histórico da Gestão Democrática

A gestão democrática está fundamentada na busca de autonomia, uma vez que promove atitudes e ações que favorecem a participação social, envolvendo a comunidade escolar, vista como sujeito ativo no processo de gestão, participando em todas as instâncias e estruturas que dinamizam a escola. Vieira, Will e Lima (2019) descrevem que a construção da gestão democrática envolve uma luta pela garantia da autonomia da comunidade escolar, que tem participação ativa nos processos decisórios, como o estabelecimento de processos colegiados, entre outros fatores. Assim, a gestão democrática

carrega uma ação que promove o envolvimento da sociedade no processo da participação da gestão escolar.

Os termos “democracia” e “participação” se interligam, dinamizando o contexto de gestão. Segundo Lück (2013), na educação, os termos democracia e participação estão ligados um com o outro, complementando-se mutuamente, mas é notório que, em relação à prática da educação, essa ligação nem sempre acontece. A participação torna-se mais eficiente a partir de uma boa base na compreensão de fatores relacionados à ação. Assim, com esse conhecimento a prática pode ser mais efetiva, conforme Lück:

[...] a participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando à efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos (LÜCK, 2013, p. 30).

Lück (2013) entende participação como um processo que pode ser interativo e dinâmico, o qual vai além da tomada de decisões, caracterizando-se pelo apoio recíproco na convivência cotidiana da gestão educacional, enfrentando desafios e limitações que os agentes buscam superar, para o desenvolvimento da identidade social.

A gestão democrática foi formalizada pela Constituição Federal de 1988, que assegurou a sua validação no ensino público no país, regulamentada por leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Conforme Militão e Militão (2019), de acordo com a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996 estabeleceu que um dos princípios que governam a educação pública é a gestão democrática, garantindo a formação em vista da qualidade de atuação dos agentes educativos nos diversos níveis.

As Dimensões da Gestão Democrática

A participação exerce um papel de grande importância no ambiente escolar, pois ela promove o envolvimento e o empenho de todos os sujeitos presentes na escola, considerando a sua abrangência. Segundo Lück (2013), a participação possui três dimensões: política, pedagógica e técnica. Tais dimensões são distintas, mas estão interligadas, complementando-se uma à outra, de uma forma dinâmica, abrangendo o contexto da realidade escolar em sua integralidade.

A compreensão dessas dimensões é importante para o aprendizado da ação participativa, sendo essencial o conhecimento de toda sua dinamicidade. De acordo com Lück (2013), a dimensão política diz respeito ao modo como se direciona o poder, que deve ser retirado de alguns e transferidos a outros sujeitos. Assim distribuído, o poder cresce, torna-se cada vez mais forte e se amplifica, com o aumento da capacidade de participação, por meio do compartilhamento do poder, da autoridade, e desenvolvendo as habilidades necessárias. Gadotti (2016) afirma que a autonomia e a participação escolar não se limitam apenas a um documento ou a reuniões, e sim deve ser exercida desde a escolha dos livros utilizados à realização de eventos educacionais.

A participação é essencial no ambiente escolar, considerando que a democracia se constitui exatamente no ato de participar, desenvolvendo a consciência de um direito igualitário e construtivo para todos. Conforme Lück (2013), a escola transfigura-se numa democracia, fazendo com que todos os partícipes do ambiente escolar tenham consciência do seu papel no projeto educativo da instituição. Nesse sentido, “[...] a prática da participação efetiva gera um sentimento de compartilhamento que, por si só, estimula o enfrentamento de dificuldades, promove o revigoramento de energias e cria um sentimento de envolvimento com a realidade” (LÜCK, 2013, p. 91).

Na dimensão pedagógica, um aspecto relevante é a construção de experiências que promovem o aprendizado, por meio da distribuição das responsabilidades, desde os docentes a todos os envolvidos no ambiente educacional. De acordo com Lück (2013), quando se promove a participação de todos os agentes educativos, ocorre a aquisição de hábitos que reforçam a responsabilidade coletiva:

Nessa circunstância, é importante destacar que as pessoas que por elas passam transformam-se, já a partir desse processo, ao mesmo tempo em que contribuem para a mudança do próprio processo, independentemente de outros resultados objetivos que se propõem a alcançar (LÜCK, 2013, p. 68).

Conforme Lück (2013), embora a dimensão técnica tenha passado por desprezo e tenha sido rejeitada, ela é tão efetiva quanto a dimensão política. Necessariamente, estão interligadas uma com a outra e efetuam seus interesses e objetivos, que se complementam. A dimensão técnica possui um papel essencial na política, pois, com suas atribuições, busca soluções e resultados no contexto escolar. Os pedagogos, discentes e os pais precisam olhar o quão grande é a sua importância, pois elaboram projetos educacionais que são capazes de transformar e instigar a colaboração e a participação.

Os Princípios da Gestão Escolar

A gestão democrática na educação fundamenta-se na busca de garantir a participação ativa e a tomada de decisões compartilhadas pelos envolvidos na comunidade educativa. Lück (2013) enumera cinco princípios essenciais para criar um ambiente educacional participativo, inclusivo e transparente. O primeiro princípio é a participação, fundamental para a gestão democrática na educação, uma vez que envolve a valorização da voz e da contribuição de todos os agentes educativos. Professores, estudantes, pais e funcionários são con-

vidados a participar ativamente do processo de tomada de decisões, tendo a oportunidade de expressar suas opiniões, compartilhar ideias e contribuir para o aprimoramento da escola.

O segundo princípio é a tomada de decisões compartilhada. Em vez de uma única pessoa ou grupo impor suas decisões, busca-se promover discussões e debates que levem em consideração diferentes perspectivas e necessidades. Através dessa abordagem colaborativa, busca-se criar um ambiente de respeito mútuo e valorização das opiniões de todos os membros da comunidade escolar. Ao possibilitar a participação de todos na tomada de decisões, a gestão democrática promove o desenvolvimento de habilidades sociais, como o diálogo construtivo, a negociação e a busca por consensos, além de fomentar o senso de coletividade e a capacidade de lidar com a diversidade de ideias. Lück (2013, p. 49) reflete que “a clareza dos objetivos, a orientação por princípios e a compreensão de suas implicações quanto à ação tornam a participação mais efetiva e competente”.

O terceiro princípio-chave da gestão democrática é a transparência. Esse princípio implica na divulgação clara e acessível das informações relevantes sobre a escola. Orçamentos, projetos educacionais, planos pedagógicos, resultados alcançados e outras informações pertinentes devem ser disponibilizados de forma transparente para que todos os membros da comunidade escolar possam compreender o funcionamento da escola e acompanhar o processo de gestão. Segundo Lück (2013, p. 47),

[...] o engajamento representa o nível mais pleno de participação. Sua prática envolve o estar presente, oferecer ideias e opiniões, expressar o pensamento, analisar de forma interativa as situações, tomar decisões sobre o encaminhamento de questões, com base em análises compartilhadas e envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e nas ações necessárias e adequadas para a efetivação das decisões tomadas.

O engajamento é, portanto, o quarto princípio da gestão democrática na educação. Busca-se garantir a participação de todos os segmentos da sociedade na vida escolar, promovendo um ambiente acolhedor, respeitoso e livre de discriminação. Valorizar as diferenças e combater preconceitos são aspectos fundamentais da inclusão.

O quinto princípio é a prestação de contas. Os gestores educacionais são responsáveis pelas decisões que tomam, pelos recursos que usam e pelos resultados que alcançam. Prestar contas ajuda a manter a transparência e a confiança na administração escolar, garantindo que os interesses de todos sejam atendidos e que a educação seja eficaz.

Esses cinco princípios interagem e se fortalecem. Eles ajudam a criar uma cultura escolar que valoriza a diversidade, estimula a colaboração e proporciona um ambiente onde os estudantes podem aprender e crescer. A gestão democrática na educação é uma forma de construir escolas mais inclusivas, participativas e transparentes. É um convite para que todos na comunidade escolar se envolvam ativamente no processo educativo, contribuindo para a formação de cidadãos críticos.

Considerações Finais

Entende-se que a gestão participativa e a gestão democrática são essenciais para o contexto escolar e fundamentais para promover o desenvolvimento de uma educação de qualidade, uma vez que a participação busca a descentralização, torna a escola um espaço em que todos estarão aptos a realizar o compartilhamento de ideias e decisões entre os membros da comunidade escolar, tanto no âmbito interno quanto no externo. Aumentar a presença dos pais nesse processo favorece uma melhor aprendizagem dos discentes, com o envolvimento

e interesse na sua vida escolar. Faz-se necessário priorizar a participação em conjunto, coletiva, em todo o desenvolvimento da unidade escolar, na busca de efetivar uma gestão participativa e democrática, na qual todos podem apresentar suas ideias e objetivos e serem membros participativos nas decisões.

Referências

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Dimensões Políticas do Projeto Pedagógico da Escola**. Diretoria de Capacitação de Recursos, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes; MILITÃO, Luciane Silva da Costa. A gestão democrática na legislação educacional nacional: avanços, problemas e perspectivas. **Horizontes**, v. 37, p. 1-14, 2019.

VIEIRA, Fernanda Jardim; WILL, Edna Maria Assêncio; LIMA, Lamartine Christian. Gestão democrática e participativa: horizontes e possibilidades de construir uma escola de todos e para todos. **Revista Didática Sistêmica**, v. 21, n. 2, p. 83-94, 2019.



INTERFERÊNCIA DO MODELO CÍVICO-MILITAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: IMPACTOS NA AUTONOMIA DOS EDUCADORES E NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Maria Marcilene de Sousa Pacheco

Nathacha Alves de Sousa

Odila da Silva Bezerra

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-3

Primeiras Palavras

A interferência do modelo cívico-militar na gestão democrática escolar pode acarretar impactos significativos na autonomia dos educadores e nos projetos pedagógicos das escolas. O modelo cívico-militar se caracteriza pela presença conjunta de militares e profissionais da educação na administração e gestão das instituições educacionais, visando promover uma disciplina rigorosa

e enfatizar a formação cívica e moral dos estudantes. Este trabalho propõe uma reflexão que problematize como o modelo cívico-militar tem interferido nas práticas e projetos pedagógicos escolares na compreensão de gestão democrática.

A presença militar na gestão escolar pode comprometer a autonomia dos educadores, uma vez que os militares tendem a adotar uma abordagem hierárquica e autoritária, limitando a liberdade dos professores para tomar decisões pedagógicas e adaptar o currículo às necessidades dos estudantes. Isso pode prejudicar a diversidade de metodologias de ensino e a capacidade dos educadores de inovar, como também pode interferir na adoção de um ensino inclusivo e libertador no contexto educacional.

Nos projetos pedagógicos, é importante que os educadores, atuando junto com os demais profissionais da educação, tenham uma responsabilidade compartilhada para construí-los e possam tornar-se corresponsáveis pelos resultados educacionais. Assim sendo, a valorização e o estímulo à autonomia dos educadores são essenciais no desenvolvimento de uma prática pedagógica atenta à realidade dos alunos e suas necessidades, visando ao seu crescimento na capacidade crítica e atuação responsável na transformação da sociedade.

A intervenção do modelo cívico-militar pode ter efeitos prejudiciais nos projetos pedagógicos das escolas. Esses projetos são desenvolvidos de forma colaborativa, envolvendo educadores, estudantes, pais e a comunidade escolar. Eles são responsáveis por expressar a identidade e os valores da escola, estabelecendo os objetivos educacionais, as abordagens de ensino e as atividades extracurriculares.

Neste sentido, o presente capítulo tem como objetivo compreender os principais impactos do modelo cívico-militar nas escolas públicas na com-

preensão de gestão democrática, recorrendo à pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2019), é a que se faz por meio do estudo de livros, jornais, artigos científicos ou materiais que a tecnologia dispõe na internet.

Gestão Democrática: Breve Reflexão

A gestão democrática é de suma importância no âmbito escolar, pois busca assegurar a participação ativa e igualitária de todos os que compõem o corpo escolar – gestores, professores, colaboradores e funcionários – na tomada de decisões, valorizando a diversidade de perspectivas e a colaboração compartilhada, com mais inclusão, para o benefício de todos, ou seja, todos têm o direito de opinar nas tomadas de decisões, as quais devem acontecer de maneira transparente e participativa. Segundo Lima (2016), podemos entender por gestão democrática uma gestão que acontece de forma participativa, na qual os agentes realizam suas ações baseadas nos princípios democráticos.

Paro (2016) infere que, propor uma gestão democrática nas escolas públicas, com uma ativa participação dos pais, do corpo docente e discente, acaba sendo uma utopia. Para compreender essa afirmação, é necessário conhecer esse conceito. O termo utopia aponta para o sentido de algo que não existe, porém, na medida que remete à ideia do que não existe, ao mesmo tempo se coloca como algo de valor. No âmbito escolar, a utopia pode ser usada para caracterizar uma visão idealizada do ponto de vista da solução dos problemas da escola, segundo a qual as responsabilidades devem passar primeiro pelo entendimento da situação, que comprova a importância da democratização no âmbito escolar.

Para a construção de uma gestão democrática, é relevante tomar em consideração a importância da participação na elaboração de gestão democrática efetiva, buscando alcançar a liberdade no ambiente escolar. Em consonância

com Lück (2013), a participação efetiva na escola acontece a partir da coletividade e da organização dos docentes para discutirem os problemas pedagógicos que enfrentam no seu convívio com as organizações escolares. Nesta perspectiva, é possível reconhecer os desafios que requerem mais atenção, responsabilizando-se por viabilizar a transformação da prática escolar.

As políticas educacionais dos últimos anos não foram efetivas, com poucas exceções. De um lado, estão as políticas educacionais direcionadas para o desenvolvimento da autonomia e da participação das escolas e dos professores. Do outro lado está a perspectiva do governo, limitando os investimentos, dificultando, assim, a concretização de medidas importantíssimas para o aprimoramento pedagógico. A reestruturação das políticas educacionais acontece por meio de condições contraditórias, comprometendo assim sua efetividade (LIBÂNEO, 2012).

As políticas públicas educacionais trazem consigo um papel importantíssimo para o avanço de uma educação de qualidade e no desenvolvimento social. Entretanto, a falta de investimentos e priorização das políticas educacionais afeta a plena evolução das mesmas e dificulta também o pleno acesso das crianças e jovens à educação. Libâneo (2012) reflete que os impactos da modificação de prioridades são, por exemplo, o abandono da qualidade educacional e a falta de oportunidade para todos permanecerem e terem acesso à escola básica, falha também em possibilitar a aprendizagem efetiva para todas as crianças e jovens.

Modelo Cívico-Militar nas Escolas Públicas

O modelo de escola cívico-militar é uma abordagem educacional que se constitui na participação de militares, junto com profissionais da educação, na gestão e na condução das escolas. Essa modalidade é vista como uma alternati-

va para promover a disciplina e outros valores cívicos, como a hierarquia, o respeito e a obediência na formação cidadã. De acordo com Alves e Reis (2021), a linguagem empregada no modelo de escola cívico-militar, comparada com o ambiente escolar, remete ao vocabulário utilizado nos quartéis, que apresenta uma valorização da obediência, o que compromete a autonomia dos sujeitos.

No início do ano de 2020, o Ministério da Educação (MEC) lançou o manual das escolas cívico-militares, propondo auxiliar a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Este documento apresenta regras as quais os discentes, docentes e agentes educacionais devem seguir. O manual desconsidera a dimensão territorial do Brasil, sua multiplicidade cultural e as desigualdades regionais, como também as limitações e carências das unidades escolares (ALVES; REIS, 2021). Este contexto nos leva a questionar se este modelo escolar afetaria de forma negativa a autonomia, a democracia e a liberdade de expressão dos sujeitos.

A presença de militares no âmbito escolar traz uma hierarquia de autoridades, segundo as quais decisões são tomadas de forma centrada, com menos ou nenhum envolvimento das partes. Nesse sentido, pode levar a uma redução da autonomia dos profissionais da educação e dos demais integrantes da comunidade escolar, anulando sua capacidade de participar e auxiliar na tomada de decisões. Lück (2013) considera que o exercício de poder está relacionado com a tomada de decisões sobre a atuação no cenário escolar, em que o poder transpõe como influência de ações primordiais em sua implementação.

Impactos na Autonomia dos Educadores e Projetos Pedagógicos

A presença de militares no poder pode afetar a autonomia dos educadores, limitando sua liberdade de planejar e executar seus projetos pedagógicos, alinhando-os às necessidades e realidades dos estudantes. No eixo dessas dis-

putas – pautadas por benefícios obtidos, deliberados e considerados por alguns como verdadeiro, partindo de fundamentos alheios ao valor educativo – o poder acaba deixando de funcionar de forma dinâmica e interativa, limitando o tempo, o aproveitamento do espaço e materiais didáticos e outros aspectos que privilegiam o direito do docente (LÜCK, 2013).

Os modelos militaristas costumam enfatizar a obediência e a padronização das práticas educativas. Isso pode limitar a autonomia dos educadores e cercear sua liberdade de inovar e adaptar currículos e métodos de ensino para atender às necessidades específicas dos alunos. Em consonância com Lück (2013), com a falta de discussão sobre o papel de todos na vida escolar e sobre questões pedagógicas e sociais, pode-se sugestionar que a tomada de decisões está limitada aos assuntos operacionais, ou seja, ao que fazer e não, no real sentido do próprio assunto, considerando que, ao atuar deve-se ter a compreensão do que as ações vão representar e os impactos das mesmas no processo socioeducativo da escola.

A autonomia dos professores no processo educativo é importantíssima para assegurar a qualidade do ensino disponibilizado aos alunos. Essa liberdade também contribui para o crescimento acadêmico do professor e faz com que eles sejam mais motivados e comprometidos com seu trabalho. Nesse sentido, segundo Alves e Reis (2021), pode-se concluir que o Pecim apresenta um retrocesso no âmbito das políticas educacionais, por ferir os princípios da gestão democrática escolar, comprometendo a autonomia pedagógica por sujeitar os docentes a militares.

De acordo com Libâneo (2012), as relações sociais e políticas são constantemente marcadas por tensões, conflitos e contradições, o que influencia a autonomia relativa das escolas e seus profissionais em relação ao sistema político dominante. Conclui-se, portanto, que, embora não possamos desconsiderar

a existência de leis e estruturas organizacionais no sistema educacional, é válido e necessário questioná-las em prol de programas educacionais libertadores. Diante desse cenário, faz-se necessário questionar as leis e estruturas organizacionais existentes no sistema educacional, pois é uma ação necessária para promover a transformação e o aperfeiçoamento do sistema.

A questão chave da autonomia no espaço escolar está presente em desenvolver projetos próprios, com o encargo pedagógico, ou seja, uma proporção que envolve “um processo de ensino e aprendizagem, mas também com função política, que abrange também comunidade, sociedade e diversidade cultural” (CÂNDIDO; GENTILI, 2017, p. 330). Esse conhecimento em relação à autonomia pode ultrapassar a lógica anterior, a qual estava centralizada na equipe escolar. Essa abordagem constrange o debate sobre o conteúdo ensinado nas escolas, ao mesmo tempo em que desafia as instituições a selecionar elementos culturais relevantes que atendam às necessidades dos alunos, considerando cada unidade escolar (CÂNDIDO; GENTILI, 2017).

Considerações Finais

É imprescindível uma reflexão aprofundada sobre os impactos resultantes da interferência do modelo cívico-militar na gestão democrática escolar, especialmente no que diz respeito à autonomia dos educadores e aos projetos pedagógicos. A presença militar na administração das escolas tende a restringir a liberdade dos professores, ao limitar a possibilidade de que eles possam tomar decisões pedagógicas e ajustar o currículo às necessidades dos alunos, em seus contextos específicos. Tal restrição pode comprometer a diversidade de metodologias de ensino e dificultar a capacidade dos educadores de inovar e se adaptar às mudanças no cenário educacional.

Os projetos pedagógicos resultam do esforço coletivo dos agentes educativos e refletem os valores que fundamentam a identidade de cada escola. Contudo, com a interferência do modelo cívico-militar, existe o risco de impor valores e prioridades distintos dos estabelecidos pela comunidade escolar. Tal cenário pode desvalorizar a participação dos educadores na construção desses projetos, limitando a diversidade de perspectivas e prejudicando a busca por uma educação abrangente. É relevante garantir a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo e assegurar um ambiente que incentive a reflexão crítica, a inovação e a adaptação às necessidades dos estudantes.

Referências

ALVES, Miriam Fábria; REIS, Livia Cristina Ribeiro. Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 2, p. 810-831, 2021.

CÂNDIDO, Rita de Kássia; GENTILINI, João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v. 33, n. 2, p. 323-336, 2017.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Carla da Conceição de. Gestão democrática ou gerencial: qual é o papel dos gestores escolares? **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 6, n. 1, p. 168-175, 2016.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2016.



A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO NO JOGO DO PODER PARA A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Gracilene Maria de Sousa Costa

Leticia de Oliveira Carvalho

Maria Rafaela da Silva Vital

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-4

Introdução

A importância do Diálogo na gestão escolar é fundamental para a aprendizagem dos alunos e para a melhoria do ensino. Dessa forma, é necessária a participação de gestores, professores, alunos e pais para o reconhecimento e aperfeiçoamento dos processos educativos que a gestão escolar supõe. Assim, considerando a participação da comunidade na perspectiva de aprimorar as relações no ambiente escolar, por meio do diálogo, desenvolve-se o poder compartilhado na escola. É essencial a participação como principal ação da gestão democrática nos processos de tomadas de decisões éticas e sociais na construção democrática participativa (LIBÂNEO, 2005).

A partir disso, o mecanismo da participação nos processos escolares na tomada de decisão é necessário para a descentralização do poder na gestão democrática, possibilitando, assim, a crítica aos presentes currículos escolares, a discussão acerca do ambiente escolar e o êxito do projeto pedagógico da escola. Vale ressaltar que a melhoria do ensino e aprendizagem depende das relações de poder estabelecidas na escola, que têm incidência direta na formação de cidadãos por meio da educação, promovendo a formação social dos alunos numa perspectiva ética e democrática.

Lück (2013) reflete que a compreensão das relações de poder está presente nas instituições educacionais, que têm o poder como competência coletiva. A dinâmica e a dialética, porém, se apresentam no polo social e individual, de forma que possa existir um equilíbrio entre elas. Isso pode se verificar em escolas onde as relações de poder nelas estabelecidas passaram pelo processo de examinar e compreender qual é seu objetivo, considerando que o processo educativo deve visar à promoção de melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem, sendo, ao mesmo tempo, criativo e emancipador.

É necessário considerar a influência do jogo de poder na gestão e organização escolar, reconhecendo o papel dos profissionais da educação e, ao mesmo tempo, a participação da comunidade no sistema organizacional da instituição educativa, como nas reuniões sobre os processos de conselhos escolares e conselho de classe. Dessa forma, mostra-se a importância do diálogo nas relações de poder na escola, na construção de uma gestão baseada nos valores educacionais efetivamente democráticos. Como o diálogo nas relações de poder pode contribuir na construção da gestão democrática?

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é: refletir sobre a importância do diálogo nas relações do jogo de poder para a construção de uma gestão democrática, proporcionando um ambiente participativo na gestão educacional.

O capítulo se articula a partir da expressão da importância do diálogo na gestão democrática, fundamentada na leitura de artigos e livros em que autores estudiosos do tema apresentam as suas concepções acerca do contexto dialógico presente no jogo do poder na gestão escolar.

Importância do Diálogo nas Relações de Poder para uma Gestão Democrática

Olhando para o contexto escolar, onde deveria haver a implementação da gestão democrática, com a participação de todos os personagens da escola, que prioriza o trabalho coletivo e a interatividade entre os seus membros, Ramos (2014) assevera que o propósito da democratização na gestão escolar tende a aprimorar as relações e a participação de pais, alunos, professores e gestores, podendo articular as estruturas e o funcionamento no ambiente escolar, auxiliando, assim, a melhoria do ensino e aprendizagem, para a construção da organização escolar mais efetiva, baseada na descentralização, participação e transparência.

É por meio de uma gestão escolar democrática que se pode contribuir para uma educação de qualidade, acarretando diversos fatores para a participação dos integrantes em uma comunidade escolar (SARMENTO; MENEGAT, 2020). Para Cordeiro e Nascimento (2019), a gestão democrática tem o intuito de instaurar um novo espaço, a partir da distribuição de poder, que deixa de ser centrado na figura do diretor escolar, sendo representado por uma comunidade, onde conselheiros atuam na ressignificação do espaço escolar e na proposta da emancipação dos atores sociais.

Para que se possa construir uma gestão democrática, faz-se necessária a atuação de representantes da escola, que vão contribuir para o alcance de uma melhor qualidade na educação, onde esses representantes vão agir de forma

coletiva, recorrendo ao diálogo para a formação de ideias, a expressão de opiniões, que serão debatidas e discutidas por esse grupo. Os responsáveis pela gestão escolar devem promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação no processo social escolar. Dessa forma, esses representantes passam a ser participativos na comunidade escolar, como reflete Lück (2013, p. 78), ao ressaltar que

[...] a participação efetiva na escola pressupõe que os professores, coletivamente organizados, discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar e que, a partir dessa análise, determinem caminhos para superar as dificuldades que julgarem mais carentes de atenção e assumam compromisso com a promoção de transformações nas práticas escolares.

Prevalece, assim, a comunicação entre esses integrantes, para a compreensão das dificuldades que podem comprometer o processo educacional. Analisando a implementação desse diálogo no jogo de poder, faz-se necessária a participação de todos, com tomadas de decisões compartilhadas, baseadas na autonomia e na descentralização. Faz-se necessária, também, a atuação da consciência dos membros nessas relações de poder. De acordo com Lück (2013),

[...] deve lembrar-se que toda pessoa tem um poder de influência sobre o contexto de que se faz parte, exercendo-o, independente de sua consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. Todavia, a falha de consciência do poder de participação que tem, do que decorrem resultados negativos para a organização social e para as próprias pessoas que constituem os contextos de educação. Faltas, omissões, descuidos e incompetências são aspectos que exercem esse poder negativo responsável por fracassos e involuções (LÜCK, 2013, p. 30).

Nessa perspectiva, Lück (2013, p. 93) assevera que “o trabalho de uma equipe é tão potente quanto a articulação das capacidades e aptidões de seus participantes, isto é, da faculdade e poder de intervir com competência sobre uma situação, de maneira integrada, transformando-a”. Cordeiro e Nascimento (2019, p. 216) apresentam como exemplo os conselhos escolares, cuja função

está relacionada à gestão democrática da escola pública e sugerem a participação e o compartilhamento das responsabilidades, decisões e ações com toda a comunidade escolar, não mais direcionadas por um único ator central. Demonstram, assim, a descentralização do poder e o exercício do diálogo a partir de uma proposta baseada em ideais democráticos de autonomia e de cidadania.

Cordeiro e Nascimento (2019) reforçam, ainda, que a análise dos conselhos escolares se dá pela forma representativa de participação coletiva, em que há o diálogo nas escolas e a evidência na política de democratização, a qual alcança a gestão escolar e dá voz aos atores sociais que atuam nesse contexto. Referindo-se à dimensão política, Cordeiro e Nascimento (2019) reforçam que a ideia democrática que fundamenta a implementação do conselho escolar significa a ruptura da gestão centralizadora, autoritária e conservadora, baseada na posição de autoridade dirigida ao gestor e que, durante muitos anos articulou-se nas escolas, para o trabalho coletivo, autônomo e democrático.

Os gestores nesse contexto terão que atuar de forma ética e consciente, colocando em prática as ações, de maneira que o poder não seja centralizado na figura do gestor. Refletindo sobre o poder, Lück (2013) o caracteriza como uma força ou energia que movimenta os indivíduos e as organizações sociais, impulsionando-os para o “aproveitamento de singularidades de formação de diferentes profissionais e de indivíduos atuantes no contexto escolar, superando seu caráter individualista por sua articulação em um projeto de caráter social” (LÜCK 2013, p. 102). A partir disso, Lück (2013) afirma que uma das mais significativas qualidades da atuação de um gestor escolar está relacionada “[...] à sua habilidade de perceber, compreender e atuar sobre o jogo de poder que existe em seu contexto, de modo a poder influenciar nessa energia positivamente e encaminhá-la para as realizações educacionais” (LÜCK (2013, p. 102). Para isso, faz-se necessária a implementação do diálogo do gestor com

os outros membros da escola, para um melhor entendimento das problemáticas e dificuldades, o que pode beneficiar o processo educacional.

Dessa maneira, também, é preciso haver a compreensão das relações de poder na escola. De acordo com Lück (2013, p. 106), “escolas competentes são aquelas em que o poder é disseminado coletivamente e onde se compreende as nuances, a dinâmica e a dialética de sua manifestação entre os polos individual e social, equilibrando-os”, estabelecendo iniciativas que promovam mudanças para a melhoria de qualidade da educação dos alunos, em vista de oferecer orientação e informações acerca de como o diálogo pode contribuir nessas relações, para melhorar o desenvolvimento organizacional, evoluindo no trabalho profissional de ensino.

Um ponto importante que pode acabar limitando as ações dos participantes da escola é a tendência à autoproteção, “por se verem continuamente ameaçados por decisões tomadas fora de seu contexto, impostas de fora para dentro” (LÜCK, 2013, p. 113). Conhecida como prática de contrapoder, esta atitude nasce onde são impostas decisões, comprometendo a dialética que deve ser praticada entre os participantes da organização. Por essa razão, “a prática de interferência e controle do sistema de ensino sobre a escola, sem levar em consideração o que seus profissionais pensam, [...] cria um antídoto contra esse poder de fora para dentro” (LÜCK, 2013, p. 114).

Em consequência disso, “o poder é concentrado, centralizado em cargos, independentemente da competência das pessoas que os ocupam e que, por isso mesmo, exercem esse poder de forma autocrática e formalizadora” (LÜCK, 2013, p. 115). Faz-se necessário reconhecer “o quanto uma postura individualista, não participativa, prejudica não apenas a organização social e a realização de seus objetivos, mas também os próprios membros de uma unidade social, diante das problemáticas globais por ela criadas” (LÜCK, 2013, 118-119).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) refletem que a participação é um princípio de autonomia que favorece a capacitação dos indivíduos em determinadas escolhas e objetivos na construção do ambiente escolar, estabelecendo a participação livre e a construção coletiva no ambiente escolar, favorecendo que a escola atinja os seus objetivos sociais e uma boa formação democrática e cidadã para os seus alunos.

Considerações Finais

Acredita-se que o diálogo na gestão democrática escolar é importante para a educação e para o aprimoramento dos conhecimentos e aprendizados dos alunos. Sendo assim, compreender as relações do jogo de poder para a construção da gestão democrática contribui na superação de conflitos na gestão escolar, reconhecendo, assim, a importância da organização da gestão participativa nas tomadas de decisões no ambiente escolar. Destaca-se a influência da participação como implementação do diálogo entre os gestores e pais dos alunos, que exerceram compartilhamento de conhecimentos educacionais, tendo em vista a prática educativa e a tomada de decisão.

Desta maneira, é notório apontar que, para o fortalecimento da democracia no espaço da escola, é necessário que haja diálogo nas relações de poder, pois o envolvimento de gestores, professores, alunos e pais torna o ambiente escolar mais participativo, contribuindo para a socialização mais efetiva na escola e alcançando, ademais, progresso no ensino e aprendizagem dos alunos, visando aos objetivos sociais e educacionais da gestão.

Diante disso, é importante ressaltar que a importância do diálogo no jogo do poder para a construção da gestão democrática é fundamental, tendo em vista uma melhor ação da escola perante a sociedade, de forma que possa conduzir as pessoas, a fim de que estejam bem preparadas para viver em sociedade e promover a democracia.

Referências

CORDEIRO, Priscila da Silva; NASCIMENTO, Anelise Monteiro. **Gestão democrática na educação Infantil: desafios dos conselhos escolares.** Revista Contemporânea de Educação, v. 14, n. 31, Rio de Janeiro, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos **O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática.** In: Educação Escola: políticas, estrutura e organização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar política, estruturas e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 11. ed, Petrópolis: Vozes, 2013.

RAMOS, Daniela Karine. **Conselho escolar e gestão democrática: contribuição de uma formação para cidadania.** 2. ed. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2014.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino. Gestão escolar democrática: desafios e perspectivas. **Roteiro**, v. 45, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23370>. Acesso em: 9 jun. 2023.



A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR A PARTIR DE PAULO FREIRE

Jordânia Catarina de Souza e Silva

Maria Clara Guilherme de Oliveira

Vitória Isabel da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-5

Introdução

A gestão democrática escolar é um ato de liberdade e igualdade, a partir da qual todos os que dela fazem parte precisam se sentir agentes, atuantes, que são ouvidos e compreendidos e, dessa forma, caracterizar de fato essa democracia dentro da comunidade escolar. Muito se fala sobre a importância da educação, porém é necessário ir além disso. É preciso compreender e colocar em prática os princípios da democracia escolar, fazendo dela um espaço acolhedor de todas as desigualdades e desafios, para alcançar esse desenvolvimento. A educação não é apenas um ato político, vai muito além disso: a escola é um instrumento fundamental para a construção da democracia. Para Freire (2003), em uma sociedade democrática, não existe educação sem considerar os direitos de acesso às condições básicas de qualquer indivíduo a uma vida digna.

Não é possível atuar em favor da liberdade, de respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reivindicação do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser (FREIRE, 2003, p. 191).

A concepção freiriana de educação considera a escola um espaço democrático, no qual não deve haver sequer o mínimo traço de autoritarismo. A escola deve ser entendida como um espaço-tempo para a construção da gestão democrática, baseada em relações de convivência e interação entre todas as pessoas envolvidas na comunidade educativa. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2020) defende que a existência humana se faz e refaz na esperança do sonho. É preciso ter amorosidade, afeto e esperança para construir uma educação democrática.

No decorrer do estudo, apresentaremos nossas considerações acerca da gestão democrática na perspectiva de Paulo Freire, numa reflexão que articula necessariamente educação, democracia e liberdade dentro da comunidade escolar, analisando se todos os agentes da escola participam da gestão, para que esta seja democrática.

O método utilizado para o desenvolvimento do estudo em questão foi a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de levantamento de materiais já publicados por meios escritos e/ou eletrônicos como livros, artigos científicos e páginas na web. A questão que orientou a busca pelos artigos nesta revisão foi a gestão democrática na percepção freiriana.

Paulo Freire e a Gestão Democrática

A gestão democrática escolar é um modelo de administração no qual todos os membros da comunidade escolar – como, por exemplo, os gestores, coordenadores, professores, pais ou responsáveis, familiares, alunos e, em al-

guns casos, o conselho escolar, conselho de classe – têm direito de participar nas tomadas de decisões organizacionais da escola.

A implementação da gestão democrática escolar compreende três pilares: autonomia, descentralização e participação. A educação é uma “prática da liberdade”, como Freire descreve em sua obra escrita no exílio do Chile em 1965, antes de escrever a *Pedagogia do Oprimido*. As escolas são um espaço privilegiado para que essa libertação aconteça, desde que atentemos para a necessidade da participação e para as ações colaborativas entre todos os participantes dessa comunidade escolar, tanto interna como externa.

São visíveis os exemplos de passagem da obra freiriana em que ele trata sobre a necessidade do chamamento e o acolhimento da comunidade extraescolar. Segundo Freire (1991), esse chamamento não pode ser resumido a uma mera ação burocrática e pontual, com recebimento de boletins ou datas festivas, mas acolher é abrir espaço para que a comunidade exerça sua função política e democrática. Porém, para que isso aconteça, é necessário que os professores busquem conhecer a comunidade em que a escola está inserida, para que assim possam trazer a realidade dos seus alunos para dentro da instituição.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história [...]. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, [...] um centro de debate de ideias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser (FREIRE, 1991, p. 16).

Freire sempre demonstrou preocupação quando se tratava da construção democrática nas instituições escolares, quando afirma que de modo algum a gestão poderia ficar restrita a uns poucos “iluminados e bem intencionados”

(FREIRE, 2014, p. 155), que seriam os professores, coordenadores. Não podemos esquecer o lugar de fala das merendeiras, pais, auxiliares administrativos, zeladores, vigias, enfim, não podemos tomar para nós o direito e o lugar de fala do outro. Se todos fazem parte da gestão da escola, então todos têm direito de participar na tomada de decisões em relação à escola.

A Democracia e os Conflitos na Gestão Escolar

A escola deve ser um espaço democrático construído através do diálogo, da participação de todos e também por meio da corporificação. Segundo Freire (2004, p. 34), “ensinar exige a corporificação das palavras pelo exemplo”. Não basta apenas falar sobre democracia, é preciso praticar e vivenciar uma gestão democrática dentro da escola para que ela de fato venha a fazer parte da comunidade escolar. Porém nem sempre prevalece essa democracia, visto que muitas vezes o professor é colocado como detentor de todo o conhecimento e os alunos são vistos como um livro aberto, com páginas em branco a serem preenchidas por esse conhecimento.

O gestor, para ser democrático, precisa aprender a ouvir o corpo discente, estar atento e dar atenção para o que o outro quer falar. Precisa entender as emoções e, assim, se colocar no lugar do aluno. Freire (2003) alerta que não é falando que se aprende a falar, mas é ouvindo que se aprende a falar. É necessário saber que, ao ouvir o outro, eu tenha cuidado de ouvir o que ele quer expressar, e não o que eu quero entender diante disso. Não aceitar o protagonismo dos demais discentes é outro fator que impede a democracia na gestão escolar. De acordo com Paulo Freire, ninguém é detentor de todo o conhecimento. É preciso abrir espaço para ouvir outras opiniões a respeito do mesmo aspecto. É preciso abrir espaço para opiniões diferentes, aceitar que o outro consegue fazer algo que eu não consigo fazer e não criar situações constrangedoras diante

disso, mas aprender com a didática que seja diferente da minha, porque uma gestão democrática é construída, também, por meio de trocas.

Ser professor não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se tem como objetivo uma gestão que seja democrática. Ao docente corresponde, também, o papel de se reinventar e criar algo novo que prenda e desperte em seus alunos o desejo de participar da vida escolar. Além disso, é preciso fazer com que os seus alunos se sintam pertencentes à escola por meio de sua própria cultura, religião e histórias de vida.

A Construção Dialógica entre a Gestão e a Democracia: A Perspectiva Freiriana

A construção dialógica promove a gestão em conjunto de seres individuais na busca de um objetivo em comum, e o desenvolvimento dessa comunicação social constitui uma interação que irá ajudar na construção da evolução no ambiente escolar. Através dos processos de democratização, a educação se torna possível. Para Freire (2003), uma educação das gentes, negando-lhes os direitos de acesso às condições básicas de toda e qualquer pessoa em uma sociedade democrática, é impossível. Para que haja uma relação democrática entre gestores, pais e demais colaboradores, é necessária uma reflexão pela busca de relações que atuem em favor da liberdade de expressão, e ações que incluam o respeito a todos, assegurando o direito de participação.

A forma de organizar os seus processos educativos, bem como suas políticas e formas de gestão, influencia nos caminhos que a escola toma em relação às práticas pedagógicas e educativas. Nesse sentido, é importante considerar o fato de que a sociedade em que vivemos é marcada fortemente por uma mentalidade patriarcal, historicamente assinalada pela busca de controle e dominação. Por essa razão, pensar na proposta de uma gestão democrática para a

escola a partir do pensamento freiriano, no contexto social e político em que vivemos, apresenta-se como tarefa difícil, mas urgente e essencial.

Para vivenciar a relação necessária entre educação e democracia na perspectiva freiriana, é preciso o cumprimento de passos que transformem a maneira de lidar com a realidade, como a necessidade de aprender a escutar todos os indivíduos que participam da comunidade escolar, mudar hábitos que exigem transformações, não apenas falar sobre uma gestão democrática, mas refletir sobre ações, pois, para Freire (2003), é necessário não pensar que eu sou o único no mundo que posso fazer certas coisas. Dessa forma, pensar uma gestão democrática, a partir dessas proposições, significa aceitar o desafio freiriano de que, assim como nenhum processo educativo pode ser imposto, não pode haver uma gestão democrática imposta, como reflete Freire (2006), ao referir-se a esse processo como “mudar a cara da escola”:

Era impossível fazer uma administração democrática, em favor da autonomia da escola que, sendo pública fosse também popular, com estruturas administrativas que só viabilizam o poder autoritário e hierarquizado [...] O que quero deixar claro é que um maior nível de participação democrática dos alunos, dos professores, das professoras, das mães, dos pais da comunidade local, de uma escola que, sendo pública, pretenda ir tornando-se popular, demanda estruturas leves, disponíveis à mudança, descentralizadas, que viabilizem, com rapidez e eficiência, a ação governamental (FREIRE, 2001, p. 74-75).

Os ideais defendidos por Paulo Freire mostram claramente muitos dos princípios inseridos na gestão escolar democrática, que a fazem ser uma gestão diferenciada e mais adequada à educação.

Considerações Finais

É impossível não ressaltar nessa conclusão, que Freire não se cansava de alertar para o fato de que é impossível ser educador/a sem ser capaz de amar o mundo, de amar os/as educandos/as, sem ser capaz de amar a vida. A gestão democrática, um princípio estabelecido pela legislação brasileira, revela-se como

um salto expressivo na história da educação brasileira, um fato relevante a ser destacado. A relação que se pode estabelecer entre os princípios e fundamentos da concepção de gestão democrática e os pressupostos freirianos da educação possibilita-nos compreender as potencialidades e possibilidades que a participação ativa e coletiva dos sujeitos educativos desempenha nos processos decisórios e na organização da instituição escolar. Por essa razão, faz-se necessário passar do simples reconhecimento legal da gestão democrática como princípio da Educação no Brasil, para torná-la verdadeira e concretamente uma práxis na escola pública, assumindo o seu papel formativo, emancipatório e transformador para aqueles que constituem esta instituição.

Referências

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da liberdade**. 28 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 73. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Org. e notas de Ana Maria Araújo Freire).

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo. Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.



A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Diego Pereira Barros

Naiá Meirelles Sousa Araújo

Sara de Sousa Gonçalves

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-6

Introdução

A participação dos pais na gestão escolar é de extrema importância para garantir um processo democrático. Suas opiniões e ideias devem ser dadas e ouvidas, pois fazem bastante diferença, se se buscam efetivas mudanças na instituição escolar. Considerando essa realidade, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender a importância da participação dos pais na gestão democrática, visando ao processo de aprendizagem dos alunos.

Assim, aborda-se a problemática da participação efetiva dos pais na gestão democrática e como a mesma influencia no processo de aprendizagem dos alunos, considerando que a participação ativa dos pais cria um ambiente escolar mais atrativo e com representatividade para os alunos. Essa participação influencia diretamente no desenvolvimento escolar, além de mostrar o compro-

metimento com a qualidade do ensino dos filhos, justificando assim a importância dessa temática.

Para isso, o estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, que consiste na busca de material previamente publicado (GIL, 2017). Um levantamento de artigos e dissertações foi realizado em plataformas de dados, como Google Acadêmico, SciELO e CAPES. Na pesquisa bibliográfica, conforme Severino (2013, p.105), “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. O levantamento foi feito para se realizar primeiramente uma leitura exploratória a respeito do conteúdo, a fim de selecionar quais trabalhos seriam úteis à pesquisa.

Gestão Democrática e Participação

Segundo Drabach e Souza (2014), nos anos 1930, a administração escolar era sustentada pelos princípios da administração científica. Muitas críticas sobre a administração geral aplicada à educação foram feitas entre os anos de 1970 e 1980, principalmente por causa dos aprofundamentos teóricos sobre o tema e da intensificação de discursos democráticos. Desta forma, a partir do século XX, o termo gestão escolar foi sendo construído e ganhando cada vez mais espaço. Assim, “[...] o tema passou a integrar um dos princípios da organização pública no país, tanto que passou a constar na carta institucional brasileira de 1988” (DRABACH; SOUZA, 2014, p. 223).

Os autores Rodrigues e Silva (2021) afirmam que a gestão democrática, princípio constitucional da educação brasileira, é vista como um mecanismo que pode oferecer possibilidades autônomas à vivência escolar. Desta forma, a participação ativa dos indivíduos nas decisões e nos processos organizacionais é necessária e indispensável, como asseveram Júnior e Cardoso (2019): “Aqui

no Brasil, a democratização da escola e da sua gestão pode se constituir como um exercício de consolidação da democracia e de constituição de uma cultura de participação, tão necessária em nosso país.” (JÚNIOR; CARDOSO, 2019, p. 72).

A gestão democrática é um princípio citado no artigo 206 da Constituição Brasileira de 1988. Para Fernandes (2017), a Legislação estabelece a gestão democrática e oferece autonomia às escolas, mas são as pessoas que vão guiar os processos necessários para uma melhor qualidade de ensino, entre as quais os gestores, funcionários, professores, alunos e pais, que podem atuar diretamente na construção do PPP (Projeto Político Pedagógico). Assim, “[...] há necessidade da obtenção do comprometimento de professores, pais, mães e/ou responsáveis, funcionários, alunos, etc.; enfim, atores atuantes na escola.” (FERNANDES, 2017, p. 23).

Vale ressaltar que a gestão escolar está inteiramente relacionada à gestão democrática, que por sua vez envolve diretamente a participação. Segundo Libâneo (2015), a participação é o meio que garante a gestão democrática na escola, proporcionando o envolvimento dos profissionais na organização escolar e principalmente na tomada de decisões, além de possibilitar aproximações maiores entre professores, pais e alunos. É correto afirmar, portanto, que a prática participativa possui fundamental importância:

A conquista da cidadania requer um esforço dos educadores em estimular instâncias e práticas de participação popular. A participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida da escola. (LIBÂNEO, 2015, p. 116).

Em suma, o processo de participação no contexto escolar não está apenas relacionado com a tomada de decisões, mas é complexo e envolve a busca pela

superação de desafios e trocas de ideias, tendo como foco a discussão democrática em busca de sugestões e enfrentamento de possíveis barreiras. Na gestão escolar, a participação pode envolver professores, diretores, alunos e pais. Entretanto, de acordo com Lück (2013, p. 36), “essa participação pode, muitas vezes, ocorrer por obrigatoriedade, por eventualidade ou por necessidade e não por intenção e vontade própria”, acarretando assim, muitos resultados negativos para todos.

Lück (2013), em seu livro intitulado “A gestão participativa na escola”, destaca diferentes formas de participação. A primeira evidenciada é a participação como presença, que possui a característica principal de ser passiva, segundo a qual as pessoas que fazem parte não atuam de forma consciente. De acordo com a autora, essa forma de participação pode produzir efeitos negativos como o comodismo e a passividade, ocasionando impactos prejudiciais. A segunda forma de participação é com a expressão verbal e discussão de ideias, que, por sua vez, diz respeito ao diálogo e às interações, que favorecem boas compreensões da realidade. No entanto, pode não ocorrer de forma adequada nas escolas.

A participação como representação envolve a escolha, por meio do voto, de um representante para expor as ideias e sugestões de um grupo. Lück (2013) salienta que o eleitor também possui responsabilidades, e deve trabalhar com a pessoa eleita para buscar conquistar as propostas consideradas: “essa concepção é necessária em grupos sociais grandes que não permitem a participação direta de todos [...]” (LÜCK, 2013, p. 41). As duas últimas formas participativas citadas pela autora foram referentes à participação como tomada de decisão e como engajamento.

A primeira remete-se à prática de discussão sobre questões relevantes para a organização escolar. “Essa prática tem sido, no entanto, muito mais asso-

ciada à preocupação com a solução de problemas definidos anteriormente pelo dirigente [...]” (LÜCK, 2013, p. 44). A segunda corresponde a uma forma plena de participação. Conforme Lück (2013), é o envolvimento dinâmico, com dedicação, empenho e atuação conjunta. Assim, é válido afirmar que na gestão democrática a participação dinâmica e ativa é de fundamental importância, devendo-se, portanto, buscar eliminar comportamentos individualistas no meio educacional.

Parceria Escola-Família para o Desempenho Escolar

A família é fundamental para o desenvolvimento e formação do indivíduo, muitas vezes constituída por pais, mães, entre outros parentes que possuem alguma relação afetiva. De acordo com Firman, Santana e Ramos (2015), a família pode ser considerada como primeira instituição social que irá ter o papel de transmitir valores ao sujeito, enquanto a escola é uma instituição encarregada de socializar e transmitir outros conhecimentos.

Em vista disso, a relação entre escola e família é essencial para o desenvolvimento pedagógico dos alunos, uma vez que se torna um ambiente mais acolhedor. Leite (2015) enfatiza que a família tem o papel crucial para que o indivíduo possa ter entendimento da relevância do ensino na sua vida. Nesse sentido, a presença dos pais na escola tem o papel de transformar o contexto escolar, deixando-o mais receptivo e fazendo com que os alunos se sintam representados.

Lück (2013) relata que o envolvimento dos pais no ambiente escolar determina a melhoria no desenvolvimento do ensino. Picanço (2012, p. 15) assevera que “[...] a relação entre escola e família deve ser para planejar, estabe-

lecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola”. Portanto, é necessário que os pais mantenham uma comunicação direta com a escola, participando de forma ativa na vida escolar dos filhos.

Ademais, a comunicação entre família e escola promove uma maior cooperação por parte dos pais, resultando positivamente no desenvolvimento escolar. À vista disso, existem diversas formas pelas quais os responsáveis legais pelos alunos podem se envolver nesse processo, como Associações de Pais e Conselhos Escolares. Abreu (2012) defende que os participantes da Associação de Pais podem intervir e questionar a respeito dos assuntos ligados à escola. Ribeiro e Oliveira (2018) destacam o caráter mobilizador do conselho escolar:

O Conselho Escolar é retratado como um órgão associado à gestão da escola, atendendo características de um instrumento consultivo, decisório e mobilizador. É possível observar também a concepção do Conselho como uma instância colegiada cuja participação colegiada precisa se efetivar (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018, p. 591).

Como mencionado em um estudo realizado por Ribeiro e Oliveira (2018), o conselho escolar é uma entidade onde os conflitos tendem a se manifestar, o que é comum ocorrer em uma democracia, e pode se tornar fundamental para o processo de aprendizado sobre a relevância da convivência com a diversidade. Os autores Júnior e Cardoso (2019) também ressaltam que os conselhos estão estruturados com base na democracia participativa, sendo o local onde a participação de todos é ampliada, mesmo sendo composto por diferentes segmentos.

É importante ressaltar que “a participação coletiva nos processos decisórios possibilita aos sujeitos da comunidade escolar tornarem-se protagonistas desse espaço [...]” (RIBEIRO E OLIVEIRA, 2018, p. 597). Silva (2022) defende que a falta de comunicação entre a família e a escola é vista como algo preocupante.

Dessa forma, Leite (2015, p. 64) relata que “quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas”.

Conforme o explanado acima, a colaboração entre a escola e a família demonstra uma educação inclusiva e o envolvimento de todos os responsáveis pelo processo educacional (ABREU, 2012). Vale salientar que “a articulação entre a escola e a família pode ajudar a ultrapassar as dificuldades e a contribuir para a aquisição ou a melhoria dos hábitos de estudo ao longo de toda a escolaridade” (PICANÇO, 2012, p. 46). É notória a importância de uma boa comunicação entre a família e os gestores da escola, a fim de garantir uma participação ativa no tratamento de assuntos que gerarão benefícios e resultados positivos.

Contribuições dos Pais na Gestão Democrática para o Aprendizado Educacional

Há expectativas dos pais em relação à escola, como uma boa proposta pedagógica, uma comunicação constante, e o oferecimento de um espaço de qualidade e acolhimento que desperte nos filhos o desejo de aprender. E para que isso ocorra é de grande valor a participação dos pais na gestão escolar, para que haja um bom desenvolvimento da aprendizagem educacional. A contribuição dos pais na escola se dá através da gestão democrática participativa, e é pela corresponsabilidade escola-pais que se garante um bom desenvolvimento da aprendizagem.

Os pais são os principais atores na formação de valores dos filhos, pois a família é responsável por iniciar o processo de desenvolvimento da criança e pela formação de sua integridade, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem se inicia no seio familiar, considerado o primeiro grupo social, e é nele que os laços afetivos são construídos. Daí a sua importância durante o processo de

aprendizagem. Silva (2016) reflete que:

[...] a afetividade pode ser compreendida como a esfera das emoções, dos sentimentos, das experiências sensíveis e, sobretudo, da capacidade de entrar em contato com sensações, no que se refere às vivências dos indivíduos e as formas de expressão essencialmente humanas. É também uma forma de interação entre as partes envolvidas numa relação. Afetividade é desenvolvida e experimentada no processo da atividade de relação consigo mesmo e com os outros (SILVA, 2016, p. 44).

Em suma, há a necessidade de parceria entre a escola e a família e a relevância dessa participação na construção de valores. Sendo assim, a escola deve proporcionar o envolvimento da família como parceira no processo educativo, promovendo, assim, a democratização da escola. A escola deve assegurar a participação dos pais no Projeto Político Pedagógico, questionando, influenciando caminhos, participando da gestão. Sobre a interação entre família e escola, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, orienta:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos seus sistemas de ensino, terão a incumbência de:
I- Elaborar e executar sua proposta pedagógica [...];
VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
VII - Informar pais e mães, conviventes ou não com seus filhos, e, por acaso, os responsáveis legais, sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica da escola. (BRASIL, 1996).

A contribuição dos pais no âmbito escolar não se resume à participação da elaboração de propostas escolares, mas torna-se uma oportunidade de compartilhar limites, vivências e dificuldades que cada aluno traz na sua bagagem, entrando em contato com outras realidades, para que se construa uma sociedade mais empática. Deste modo, as contribuições dos pais na gestão escolar não se resumem ao processo do ensino dos filhos, mas referem-se, também, ao processo de compreensão de que a escola é um ambiente de diversidades estudantis, com realidades socioeconômicas diferentes.

Considerações Finais

O estudo sobre a gestão democrática e a participação dos pais possibilitou entender a relevância da inserção dos pais nas instituições de ensino. Com isso, os pais podem atuar de maneiras diversas, como integrantes de Conselhos Escolares e em Associações de Pais, onde têm a oportunidade de expressarem suas opiniões e ideias, além de atuarem na fiscalização dos recursos financeiros disponibilizados à escola, tornando essa participação importante para garantir a qualidade do ensino e promover uma melhor educação. Dessa maneira, é necessário que os pais compreendam a sua importância para a escola e saibam como podem atuar, de forma que venham a trazer benefícios para o ambiente escolar.

Referências

ABREU, Ana Cristina Andrade. **A importância da cooperação entre a escola e a família um estudo de caso**. Castelo Branco, Portugal: IPCB. Escola Superior de Educação. 141f. Dissertação de Mestrado, 2012.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

DRABACH, Nadia Pedrotti; SOUZA, Ângelo Ricardo de. Leituras sobre a gestão democrática e o “gerencialismo” na/da educação do Brasil. **Revista Pedagógica**, v. 16, n. 33, jul/dez, 2014.

FERNANDES, Sérgio Brasil. Gestão escolar democrática: perspectivas de aprimoramento por meio de práticas pedagógicas. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 20, n. 2, p. 19-32, maio/agosto 2017.

FIRMAN, Josiane Aparecida de Araújo; SANTANA, Sylvia Caroline Russi; RAMOS, Marcos Lupércio. A importância da família junto à escola no aprendizado formal das crianças. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. 3, p. 123–133, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

JÚNIOR, Carlos Antônio Diniz; CARDOSO, Paula Phernanda dos Santos Cardoso. Os conselhos escolares como estratégia para o fortalecimento da democracia no espaço da escola. **Revista Administração Educacional - CE - UFPE**, Recife-PE, v. 10, n. 1, p. 69-81, jan/jun 2019.

LEITE, Francisca Oleania Torquato. **Família e escola: parceria necessária para erradicar o fracasso escolar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Instituto de Educação. Lisboa.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2015.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2013.

RIBEIRO, Márden Pádua; OLIVEIRA, Talita Renata Belintani. Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 588–607, 2018.

RODRIGUES, Rodrigo Soares Guimarães. SILVA, Luana Rosa de Araújo. Paulo Freire e gestão democrática: aproximações epistemológicas e formativas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 2, p. 832–850, 2021.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. **A relação entre escola e família: as suas implicações no processo de ensino aprendizagem**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação - Supervisão Pedagógica). Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, Portugal.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Simone Simões da. A importância da comunicação no desenvolvimento socioemocional / The importance of communication in socioemotional development. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 23255–23264, 2022.

SILVA, Lúcia Maria da. **Dança, cognição e afetividade em uma escola rural de tempo integral da educação básica:** contribuições de uma experiência. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.



CONSELHOS ESCOLARES NA DESCONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA MILITARIZADA DAS ESCOLAS

Alissandy da Costa Lima

Nágela Cruz de Oliveira Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-7

Primeiras Palavras

A gestão democrática oferece aos que fazem parte da escola o poder de participar nas tomadas de decisão que influenciam no bom funcionamento da instituição e promovem uma educação de qualidade. De acordo com a ideia desenvolvida por Barcelos e Azzolin (2021), é possível entender que, para se construir relações democráticas nas escolas, é necessário perceber as experiências dos educandos com a democracia e considerar que a sociedade na qual vivemos ainda é firmada em um pensamento patriarcal em busca do controle. A partir desse pensamento, é importante que a gestão democrática seja feita de forma correta nas escolas, tendo em vista que o exercício dessa democracia não

só vai afetar positivamente os alunos e demais componentes da escola como toda a sociedade.

Hoje em dia, as pessoas necessitam cada vez mais de um espaço escolar democrático, o que não acontece em escolas militarizadas, onde a instituição é comandada por militares, tem estrutura hierarquizada e trabalha com a meritocracia, uma forma de educação que fere os princípios da gestão democrática, prejudicando também o exercício da cidadania, conforme é esclarecido por Alves e Reis (2021), quando refletem sobre o Manual das Escolas Cívico-Militares, publicado pelo MEC no ano de 2020:

O documento desconsidera a extensão territorial do Brasil, suas diversidades culturais e desigualdades regionais, e conseqüentemente as especificidades, os desafios e as necessidades da realidade local de cada unidade escolar. Além disso, nota-se que a linguagem utilizada compara o contexto escolar ao dos quartéis e explicita a valorização da obediência em detrimento da autonomia dos sujeitos, o que nos leva a indagar sobre o papel da escola no sentido de exercitar a domesticação (ALVES; REIS, 2021, p.821).

Um instrumento de democracia nas escolas são os conselhos escolares. O conselho escolar é um agente de grande importância para a democracia nas escolas, e é uma competência da gestão democrática prevista na LDB, lei 9394/96, no Artigo 14, inciso II, que visa à “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. Este inclui membros das comunidades escolar e local, sendo pais, alunos, equipe pedagógica e demais funcionários, que participam de atividades, reuniões e da fiscalização de demais ações que serão realizadas na instituição, para melhor desenvolvimento da mesma e, conseqüentemente, para o melhoramento do ensino e aprendizagem.

Levando em consideração a importância do conselho escolar, o presente trabalho pauta a necessidade de pensar sobre os impactos dessa instância nas escolas públicas militarizadas. Utilizando como metodologia a pesquisa do tipo

bibliográfica, o artigo está sistematizado em três seções, além de introdução e considerações finais, e tem como objetivo analisar os benefícios da implementação de conselhos escolares em escolas militarizadas.

A Militarização de Escolas Públicas

Cunha e Lopes (2022, p. 6) explicam que, no contexto da educação básica, o “processo de militarização tem se reverberado, na medida em que os moldes da escola pública durante a ditadura militar passaram a ser enaltecidos por muitos sob a justificativa de apresentarem determinada ‘ordem’ e ‘qualidade’”.

As questões acerca da gestão, nesse contexto, ocuparam um espaço importante e acabou por tornar-se “hegemônica a ideia de que uma intervenção militar na escola seria necessária” (CUNHA; LOPES, 2022, p. 6), o que veio a se concretizar pelo decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019, que criou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim).

O Pecim passou a fazer parte do Ministério da Educação, com o apoio do Ministro da Defesa, inspirado no lema “A Educação no Brasil ganhou reforço”, como esclarecem Cunha e Lopes (2022, p. 6), ao elencar as áreas de operação dos militares nas escolas:

[...] os militares passam, portanto, a operar na escola por meio das seguintes áreas: Gestão de processos educacionais – refere-se à promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula (ações destinadas ao desenvolvimento de comportamentos, valores e atitudes); Gestão de processos didático-pedagógicos – refere-se à promoção de atividades de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, respeitadas a autonomia das Secretarias de Educação dos entes federativos e as atribuições conferidas exclusivamente aos docentes (ações relacionadas à supervisão escolar, ao apoio pedagógico, à psicopedagogia, à avaliação educacional e à proposta pedagógica); Gestão de processos administrativos – refere-se à promoção de atividades com vistas à otimização dos recursos materiais e financeiros da unidade escolar (ações que contemplem a administração, nas áreas de pessoal, de serviços gerais, de material, patrimonial e de finanças).

Conselhos Escolares no Fortalecimento da Democracia nas Escolas

De acordo com Júnior e Cardoso (2019), o conselho escolar é uma instância de gestão democrática prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, e estabelecido no Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014, na meta 19.

O conselho escolar é muito importante, pois ajuda a melhorar o desempenho tanto dos alunos como da comunidade acadêmica, tendo como função a fiscalização, segundo a qual o conselho é responsável por verificar se estão sendo cumpridas as demandas que foram direcionadas para a instituição, observar e assegurar que seja proporcionado ensino de qualidade para os alunos que estão inseridos naquele ambiente escolar.

Júnior e Cardoso (2019, p. 70) salientam que “a participação é um quesito importante no campo da democracia”. A interação entre o aluno, a família e os componentes da instituição escolar é importante, pois, além de tornar a escola um local mais agradável, irá também fazer com que os pais participem de forma mais direta da educação dos seus filhos, e, conseqüentemente, melhorar a relação entre professor e aluno, influenciando positivamente na aprendizagem do mesmo.

Os componentes do conselho escolar necessitam estar cientes do seu papel, e da importância do conselho para o ambiente escolar, pois o mesmo assegura que seja disponibilizado ensino de qualidade para os estudantes, além de tomar ciência das dificuldades que algum aluno venha a sofrer e procurar a forma mais adequada para sanar a mesma junto à gestão escolar.

Conselhos Escolares em Escolas Militarizadas

A Constituição Federal de 1988 em seu capítulo 3, Art. 206, sobre os princípios em que o ensino será ministrado, prevê no inciso VI “a gestão democrática do ensino público, na forma de lei”. Considerando esta afirmativa, a militarização nas escolas é contraditória aos princípios da lei, pois não possui nenhum caráter democrático. Além disso, é importante ressaltar que os militares não têm a formação necessária para gerir uma escola e fazê-lo na forma da gestão democrática, logo o padrão de colocar os militares em destaque na organização da escola está explícito nas escolas cívico-militares, como enfatizam Alves e Reis (2021):

No caso em análise, a capa do manual apresenta o brasão do Pecim, o qual nos leva a questionar a ausência da representação de profissionais da educação em contraposição à presença do militar uniformizado. Nesse sentido, evidenciam-se a centralidade atribuída aos militares nas escolas cívico-militares e o apagamento dos professores do processo educativo (ALVES; REIS, 2021, p. 822).

Segundo Ribeiro e Oliveira (2018), o conselho escolar aborda os conceitos de coletividade, participação e deliberação. Quando esses conceitos são cumpridos de forma efetiva, contribuindo para a democracia, são inquestionáveis os resultados positivos, quando se trata de estimular a cidadania de todos os que compõem a comunidade escolar. O estabelecimento de escolas cívico-militares foi feito com o objetivo de diminuir a violência nas escolas, com um sistema de regras a serem cumpridas, e assim proporcionar uma educação de qualidade, embora não funcione dessa forma. Esse sistema tem efeitos contrários ao que propõe, pela falta de participação daqueles que irão usufruir dessa educação.

Por isso, é importante a existência de um conselho escolar nessas instituições. A comunidade escolar precisa fazer parte da tomada de decisões na

instituição, porque cada um que faz parte dessa comunidade tem um papel extremamente importante para a gestão da escola. Os pais precisam estar envolvidos e acompanhando o desenvolvimento de seus filhos; os alunos, por sua vez, precisam que escola esteja atenta às suas particularidades e necessidades, para garantir uma boa educação e sua permanência; os professores e demais funcionários precisam repassar as demandas daquela instituição para o gestor pedagógico e todos precisam trabalhar em conjunto para a qualidade do ensino.

Considerações Finais

Esse artigo teve o propósito de destacar a importância de um conselho escolar e refletir sobre como este seria de grande ajuda para a construção da democracia dentro das escolas militarizadas. Em princípio, se pensa que as escolas militarizadas precisam ser extintas, e deve-se criar um novo projeto que vise a uma educação de qualidade e exerça a segurança das escolas. Enquanto existirem essas escolas, porém, é preciso pensar em formas de gerir uma escola de maneira sensível às particularidades da sociedade e não só estabelecer regras e deveres, pois todo cidadão também tem direitos que precisam ser levados em conta.

Os conselhos escolares, portanto, seriam essenciais para o cumprimento desse papel. Mesmo que esse modelo de gestão continue existindo, é necessário que haja um conselho escolar que lute pelos direitos da comunidade escolar, visando, assim, a uma gestão que atenda as perspectivas de ambas as partes, que não os prejudique. Assim, será possível cuidar da segurança da escola e fortalecer a democracia, promovendo a cidadania e o direito de todos os que dela fazem parte, evitando, desse modo, que essa militarização venha a agir contra as leis que asseguram uma gestão democrática.

Referências

ALVES, Miriam Fábila; REIS, Livia Cristina Ribeiro dos. Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 37, n. 2, p. 810 - 831, mai./ago. 2021.

BARCELOS, Valdo Hermes; AZZOLIN, Maria Aparecida. Gestão democrática da escola: mais Freire, nunca menos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 2, p. 770–786, 2021.

CUNHA, Viviane Peixoto da; LOPES, Alice Casimiro. Militarização da Gestão das Escolas Públicas: A Exclusão da Atividade Política Democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 43, e258252, 2022.

JÚNIOR, Carlos Antônio Diniz; CARDOSO, Paula Phernanda dos Santos. Os Conselhos Escolares como Estratégia para o Fortalecimento da Democracia no Espaço da Escola. **Revista Administração Educacional - CE - UFPE Recife-PE**, V.10 N. 1 p. 69-81, jan/jun.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

RIBEIRO, Márcen Pádua; OLIVEIRA, Talita Renata Belintani. Por um Conselho Escolar Efetivamente Democrático: Uma Proposta Concreta. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 588-607, maio/ago., 2018. ISSN: 1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.v22.n2.maio/ago.2018.10864.



A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: REFLEXÕES SOBRE AS SUAS FUNÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Adelino de Jesus Alves

Caike Carvalho Sousa

Jórdan William da Silva Ribeiro

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-8

Introdução

A coordenação pedagógica desempenha um papel fundamental no avanço de uma gestão escolar participativa e democrática, de modo que envolva ativamente a participação da comunidade educativa. No decorrer da história,

o supervisor pedagógico era aquele responsável por uniformizar, controlar e hierarquizar os padrões da escola, ideologia que parte de uma concepção tradicional.

Nos dias atuais, o supervisor passou a ser o coordenador pedagógico que trabalha com o objetivo de tornar a escola pública um espaço democrático, com ideais e valores de extrema importância para o desenvolvimento escolar. Tal postura é imprescindível, para que a gestão democrática possa avançar. A função do coordenador pedagógico é articular, formar, transformar e mediar processos educativos.

De acordo com Libâneo (2004), o coordenador pedagógico é aquele responsável por viabilizar, integrar e articular o trabalho pedagógico, por meio de relações estabelecidas não somente com os professores, mas com alunos, pais de alunos, funcionários da escola, ou seja, todo o corpo docente e discente, para que haja uma relação participativa e democrática, a fim de ajudar e criar novas situações de aprendizagem que possam favorecer os alunos durante sua formação. Esse texto tem como objetivo investigar as quatro funções do coordenador pedagógico e analisar de que forma, a partir de suas funções, o coordenador pedagógico coopera para a gestão democrática.

Com uma atuação baseada nessas funções, o coordenador pedagógico desempenha um papel crucial na criação de um ambiente educacional participativo, colaborativo e inclusivo. Ao promover a articulação entre todos os membros da comunidade escolar, o coordenador pedagógico possibilita o compartilhamento de ideias, a tomada de decisões coletivas e a implementação de ações que visam à melhoria da qualidade do ensino e ao desenvolvimento integral dos alunos. A pesquisa realizada nesse texto deu-se pela análise e estudo bibliográfico, que consiste na abordagem de artigos publicados, livros, teses,

etc. Assim, essa metodologia corrobora com Gil (2019), segundo o qual devem-se considerar os elementos iniciais, ou seja, os documentos que fornecem fontes importantes, analisadas, para contribuir e gerar mais conhecimento de forma ampla e se assemelha ou até mesmo se compara com a pesquisa bibliográfica.

Gestão Democrática: Sua Importância

A gestão democrática é realizada a partir do envolvimento e troca de interações de professores, alunos, pais de alunos e funcionários da escola, que se reúnem por meio de encontros colegiados para debater questões e pendências a que a escola está sujeita. Por meio dessas atribuições que a gestão democrática realiza, a educação passa por uma transformação onde é cada vez mais desenvolvida, como afirmam Batista et al (2018, p. 289):

[...] a educação passa a ser entendida como impulsionadora das transformações por que passa a sociedade. A gestão da escola pública passa também por transformações, especialmente após a Constituição Federal de 1988, que abriu espaços para a participação da sociedade.

A escola se transforma, assim, em uma gestão democrática por meio da participação de todos que estão inseridos no corpo escolar e também externamente. Para Freire (2003), numa reflexão em torno da educação e democracia não se pode, de maneira nenhuma, esquecer o poder da questão econômica, a questão de igualdade para todos, independente de cor, raça, se é pobre ou rico, e a questão de justiça para todos, sem restrição. Através da gestão democrática, é possível criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e motivador, que valoriza as habilidades individuais e promove a participação igualitária para que todos os membros tenham uma participação igualitária.

Ademais, um espaço que também fornece lições e mais conhecimentos é o proporcionado pelas reuniões dos colegiados, órgãos que atendem a todos

para tomar decisões e compartilhar experiências importantes. Faz-se necessária uma reflexão contínua sobre a democracia no colegiado e a sua importância nas escolas públicas ou privadas, com uma gestão clara que segue políticas e práticas características do agir democrático (FREIRE, 2003, p. 193).

A gestão democrática tem um agente de suma importância, o coordenador pedagógico, que, segundo Batista et al (2018, p. 292), “assume o papel de articulador e formador, voltado ao trabalho de ensino e aprendizagem junto aos docentes”, articulando e formando ideais na escola pública. O coordenador pedagógico trabalha em prol do desenvolvimento da escola, de seus alunos, pais de alunos, funcionários da escola, e na formação continuada dos professores.

O coordenador pedagógico passa, então, a se aprofundar de forma mais democrática, reunindo-se com todos os inseridos nessa comunidade escolar, tanto internamente como externamente, pois é imprescindível que todos sejam reconhecidos e valorizados de maneira a desenvolver, construir e transformar mais ainda as relações de ensino e aprendizagem.

Funções do Coordenador Pedagógico

De acordo com Batista et al (2018, p. 293), o papel do coordenador pedagógico adquire novo caráter nesses processos de transformação da educação, por meio de uma visão mais avançada, que tem por objetivo romper a tradição de uma gestão autoritária das instituições estatais brasileiras, inserida numa nova maneira de gestão escolar, executando novas ideias de gestão democrática da educação pública.

É correto dizer que as escolas passam por um desenvolvimento tardio, visto que as transformações no âmbito escolar não ocorrem de modo imediato. Por consequência disso, muitos sofrem por tentar se incluir no processo de

ensino-aprendizagem, como os próprios profissionais pedagógicos que lidam com escolas de recursos precários, onde não se tem condições mínimas de aplicar metodologias em prol de uma educação benéfica aos alunos.

Outrora, houve o supervisor pedagógico, aquele que respondia por uma hierarquização, controle, uniformização, etc. Essas eram funções atribuídas ao supervisor, na concepção tradicional, que passou por uma transformação, tornando-se o coordenador pedagógico. De acordo com Batista et al (2018, p. 293), o coordenador pedagógico trabalha direcionado para a gestão democrática, e seu labor é importante para criar, juntamente com todo o corpo escolar, os caminhos para o melhoramento e a valorização da educação por meio de suas quatro funções: articulador, formador, mediador, transformador.

Conforme os autores supracitados, o coordenador assume o papel de articulação, formação e transformação, sendo o agente que faz a mediação entre currículo e docentes, operando a articulação do processo de educação. As expectativas de seu desempenho incluem a supervisão da antiga divisão de trabalho escolar e a dicotomia entre pensar, planejar e executar.

O coordenador pedagógico, nesse sentido, exerce funções em virtude de valorizar e avançar o desenvolvimento da instituição escolar, sendo o principal agente responsável por elaborar e executar a gestão democrática, com o auxílio da comunidade escolar. O coordenador, com a função de articulador, tem sua prática relacionada diretamente às atividades na instituição escolar, promovendo a interação entre escola e comunidade escolar, como Batista et al (2018, p. 293) comentam, afirmando que a função articuladora do coordenador pedagógico cria condições para que os profissionais pedagógicos trabalhem de maneira coletiva, a fim de executar as propostas do curso.

Todas estas funções desempenhadas pelo coordenador pedagógico são essenciais para fins benéficos da qualidade do órgão escolar, que necessita de

atenção, e por isso é importante que as funções e as tarefas sejam distribuídas e executadas por todos aqueles que compõem a instituição educativa.

O coordenador pedagógico, com função de formador, de acordo com Batista et al (2018, p. 293), trabalha para criar suporte, de modo que os professores tenham facilidade em se desenvolver com mais avanço em suas áreas. Batista et al (2018, p. 293) também discorrem que a função mediadora implica interpretar os sentidos das questões curriculares, possibilitando que os docentes idealizem seus próprios sentidos.

Ademais, o coordenador pedagógico é de fundamental importância também para transformar o espaço escolar em um ambiente adequado para o avanço do ensino-aprendizagem. De acordo com Batista et al (2018, p. 293), o coordenador é transformador, por executar trabalhos com questões complicadas e auxiliar o docente a ser reflexivo e crítico.

As funções são para beneficiar a qualidade do órgão escolar, mas essas funções também são um desafio para o coordenador pedagógico como agente da gestão democrática, pois é imprescindível que ele tenha o auxílio daqueles que fazem parte da gestão. Diante disso, funções como a de mediadores e articuladores contribuem para possibilitar o desenvolvimento escolar. De acordo com Batista et al (2018, p. 294), os coordenadores precisam exercer a sua função de mediadores e articuladores no processo educacional, não permitindo que haja acúmulo de tarefas que lhes são passadas de acordo com o projeto político pedagógico na instituição escolar.

Assim, percebe-se que os coordenadores pedagógicos têm papel fundamental na direção da escola, ao estabelecer parcerias com pais, responsáveis e a comunidade em geral. Para promover o bom desenvolvimento acadêmico dos alunos, é de extrema importância que esses atores estejam envolvidos e com-

prometidos ativamente na vida escolar. No entanto, esse envolvimento não se limita apenas aos pais. É igualmente importante envolver todos os profissionais que fazem parte da direção da escola, incluindo professores, alunos e funcionários de toda a instituição.

Libâneo (2004) argumenta que a participação nas funções escolares é essencial para garantir a governança democrática, enquanto Lück (2013, p. 57) defende que a governança democrática não é apenas a participação regular e contínua dos membros do grupo nas decisões mais importantes, mas também o processo de criação das condições para assumir a responsabilidade do grupo. A ênfase é colocada na participação coletiva nas decisões que afetam a vida escolar. Isso requer mais do que apenas um envolvimento superficial, mas um envolvimento regular e contínuo.

A gestão democrática significa não apenas participar das decisões, mas também assumir a responsabilidade por suas consequências. Os membros da comunidade escolar devem estar dispostos a participar na implementação de medidas conjuntamente determinadas para atingir os objetivos definidos.

Considerações Finais

A gestão democrática é, como se explicitou ao longo do texto, um processo contínuo que requer a participação ativa de todas as partes relacionadas. Por meio de painéis e conferências colegiais, os partícipes da escola têm a oportunidade de discutir questões e tomar decisões em conjunto, melhorando a qualidade da tomada de decisões e promovendo a apropriação e o comprometimento com os objetivos da organização escolar.

Os coordenadores pedagógicos atuam como líderes educacionais que facilitam o esclarecimento, a formação, a mediação e a mudança no processo

educacional, desempenhando um papel central na gestão democrática nas escolas. Com isso, promovem melhoria nos processos de ensino e aprendizagem, identificando e implementando recursos educativos adequados, favorecendo a participação dos alunos e fortalecendo as relações com pais, encarregados de educação e comunidade.

Além disso, a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar é essencial para a liderança democrática. A participação regular e contínua dos profissionais e usuários da escola nas decisões importantes e na implementação das medidas prescritas é uma característica fundamental da liderança democrática.

A gestão democrática na educação é, portanto, um processo dinâmico e participativo que promove a qualidade do ensino, o desenvolvimento da comunidade escolar e a formação de cidadãos ativos e críticos. É um caminho para a construção de uma educação mais inclusiva, igualitária e transformadora. A pesquisa realizada oferece conhecimentos valiosos para a comunidade científica, destacando a importância da gestão democrática e fornecendo diretrizes para sua aplicação empírica nas instituições educacionais.

Referências

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Orgs.). **O Coordenador Pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Loyola, p. 35-44, 2001.

BARCELOS, Valdo Hermes; AZZOLIN, Maria Aparecida. Gestão democrática da escola: mais Freire, nunca menos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 2, p. 770–786, 2021.

BATISTA, Neusa Chaves et al. O papel da coordenação pedagógica no fortalecimento da participação da comunidade na gestão escolar. In: BAIRROS, M; MARCHAND, P. **Coordenação pedagógica: concepções e práticas**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2018.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo. Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. São Paulo: Editora Cortez. 2004.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2013.

RODRIGUES, Rodrigo Soares Guimarães. SILVA, Luana Rosa de Araújo. Paulo Freire e gestão democrática: aproximações epistemológicas e formativas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 2, p. 832–850, 2021.



A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A ELABORAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Adryelle Loureiro Dantas

Yállen José de Souza Soares

Hiago Ruan Barbosa do Nascimento

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-9

Introdução

Quando falamos em gestão democrática no âmbito escolar, o Projeto Político Pedagógico – PPP deve ser uma das principais ferramentas para organizar as atividades escolares. Nessa circunstância, o processo educacional contém objetivos sociais e pedagógicos, o que supõe a exigência de meios para alcançá-los.

De maneira prefacial, o PPP é um documento de suma importância para quaisquer estabelecimentos escolares, pois a educação necessita de uma pro-

posta pedagógica. Sobretudo, o PPP é um elemento de identidade, pontuando que a escola é um palco de dinamicidades que ultrapassam o processo de construção de conhecimentos.

Diante destas colocações e outras que ainda irão ser abordadas, ao discutir sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP, é necessário um olhar crítico sobre o seu processo de construção. A problemática do presente artigo é: qual a importância do Projeto Político-Pedagógico para a elaboração/implementação da gestão democrática no contexto escolar? Assim, o objetivo estabelecido é: refletir a importância do Projeto Político-Pedagógico para a elaboração/implementação da gestão democrática no contexto escolar. O percurso metodológico da escrita do artigo será a pesquisa do tipo bibliográfica, de caráter exploratório.

A Gestão Democrática e o PPP: Entre a História e a Legislação

Em meados dos anos 1980, houve uma mudança no meio social que impactou o poder e a sociedade brasileira, inclusive a educação: a promulgação da nova Constituição Federal, que chegava para abrir portas para os cidadãos, concedendo aos mesmos o direito à saúde, trabalho e a educação. Para Pires e Gonçalves (2019, p. 2), “essas mudanças exigiram um novo redimensionamento em todos os sistemas da sociedade”. A Constituição Federal de 1988 foi elaborada entre lutas e embates de diversos setores da sociedade, assumindo a gestão democrática da educação como um de seus princípios educacionais.

Com o surgimento da Constituição, foi possível ampliar a educação, tornando-a um dever de todos. De acordo com o art. 205, capítulo III, seção I, “a educação passa a ser direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada em colaboração com a sociedade”. Diante desse

cenário, desponta a educação, pela qual os sujeitos podem adquirir conhecimento, favorecendo assim, o seu desenvolvimento educacional e participativo da sociedade (BRASIL, 1988).

A educação, como se sabe, é ponto crucial em meio à sociedade em que vivemos, uma vez que a mesma tem como finalidade a ampliação do desenvolvimento do ser humano. A educação do ser humano se dá desde o seu nascimento e crescimento, e vai sendo desenvolvida com o passar do tempo. Chegando à escola, o mesmo passa a interagir com os demais alunos e professores daquela instituição, fazendo com que possam trocar conhecimentos. A escola tem como papel contribuir ao meio social, buscando ampliar cada vez mais o conhecimento dos alunos ali inseridos, onde todos possam interagir tornando o meio democrático. Pires e Gonçalves (2019, p. 2) explicam que:

[...] as unidades escolares, dada à história de constituição da educação de massas no Brasil, buscam atender todas as camadas sociais. Assim, pensamos o contexto escolar como uma arena em disputa onde a gestão seja o ato de decidir, de planejar e de executar ações educacionais de forma que nessa conjuntura encontremos um espaço coletivo de diálogo, de participação, consensos e contradições, que busquem se transformar, garantindo de certa forma a qualidade da educação.

Para que haja uma boa educação que alcance metas no quesito ensino-aprendizagem, é necessária uma equipe que conduza o direcionamento escolar da rede de ensino, a gestão escolar. Essa gestão tem por finalidade a boa conduta da instituição, fazendo com que todos os servidores da escola possam participar ativamente da elaboração das atividades e do planejamento pedagógico. Segundo Rodrigues e Silva (2021, p. 833), como um “princípio constitucional da educação brasileira, a gestão democrática é vista como mecanismo capaz de trazer possibilidades emancipatórias ao processo formativo e à vivência escolar”, uma vez que abre perspectivas para a participação ativa dos sujeitos nos processos de organização e decisão das instituições educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art.12, inciso I, estabelece que cabe à escola “elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Essa lei sustenta que a elaboração das práticas pedagógicas depende da escola como um todo e não somente da gestão escolar (BRASIL, 1996).

Os Sentidos sobre a Gestão e o PPP: Questões Conceituais

A gestão democrática visa proporcionar um cenário de transparência, colaboração e participação de todos os atuentes de uma rede de ensino. Pires (2019, p. 2) reflete que “o princípio da gestão democrática se materializou como resposta às demandas da sociedade e dos movimentos sociais, no contexto de mudanças no Estado brasileiro, com o fim da ditadura militar”.

A gestão democrática também estabelece a descentralização do poder, fazendo com que toda a comunidade possa ter um certo compromisso com as atividades e tomadas de decisões da rede de ensino. A gestão pode ser vista, nesta perspectiva, como algo sistemático, pois promove a descentralização e a autonomia, podendo configurar todo o processo educacional de um estado ou município, por exemplo. Porém, mesmo sendo esta a ideia fundamental da gestão democrática, “embora haja no âmbito da escola um sistema democrático que favoreça a participação de todos nesse processo de ordenamento do espaço escolar, muitos sujeitos não participam” (PIRES; GONÇALVES, 2019, p. 4).

Para que haja uma gestão escolar democrática é preciso que todos participem das tomadas de decisões em conjunto. Dentro das unidades de ensino há um instrumento que se faz necessário para a conduta e direcionamento educacional da instituição, o Projeto Político Pedagógico. Este projeto contribui

com a gestão, determinando qual o papel de cada agente educativo dentro das escolas. Veiga (2009, p. 164) assevera que

[...] com base nas reflexões anunciadas, cabe à escola explicitar os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, os conteúdos, a metodologia da aprendizagem, o tipo de organização e as formas de execução e avaliação da escola. As alterações que se fizerem necessárias resultam de um processo de discussão, avaliação e ajustes permanentes do projeto pedagógico.

O PPP favorece a participação da sociedade no meio escolar, quebrando, assim, as barreiras de autoritarismo que antes se faziam presentes nas redes de ensino, dando espaço para uma gestão democrática. Cabe à escola fazer bom uso dessa ferramenta dentro da rede escolar, para promover uma educação prática e bem estruturada. Segundo Veiga (2009, p. 165), “a ideia-chave de projeto é, então, de unidade e considera o coletivo em suas dimensões de qualidade técnico-política e de democracia participativa”, ao mesmo tempo em que considera “a construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas” (VEIGA, 2009, p. 165).

Embora se saiba que é da equipe gestora da escola (diretor, coordenador pedagógico e secretário) a responsabilidade por colocar em prática o projeto político pedagógico, sua dinamização não fica restrita somente à equipe gestora, mas cabe também aos professores, à equipe administrativa, aos servidores da limpeza, aos alunos e a todos os que fazem parte da unidade de ensino. Como explica Veiga (2019, p. 165), “o projeto político-pedagógico, como proposta, deve constituir-se em tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos”. Cabe, portanto, aos serviços de coordenação pedagógica e orientação educacional a função de liderar o processo de construção, execução e avaliação do projeto pedagógico.

A Gestão Democrática na Elaboração/Implementação do PPP: Participação em Práticas Pedagógicas nas Escolas

A gestão democrática tem como pilar principal a ampla participação da comunidade, pois visa à participação da comunidade, discutindo coletivamente suas necessidades, para elaborar o Projeto Político Pedagógico – PPP, com o objetivo de procurar solucionar problemas que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

A gestão democrática, como é regida pela LDB, equivale à inclusão de todos os que fazem parte da comunidade na instituição para a tomada de decisões, pois, segundo Libâneo (2004, p. 102), “[...] proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação.”

Por outra perspectiva, Libâneo (2004) defende que a gestão democrática permite a compreensão da comunidade em relação ao que a escola dispõe na sua dinamicidade, favorecendo a participação de todos, o entendimento para o ensino de qualidade, e é indispensável e fundamental para criar/fortalecer vínculos com toda a comunidade.

Nessa conjuntura, a gestão democrática se defronta com o individualismo no âmbito escolar, como considera Veiga (2004, p. 19):

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.

Projeto Político Pedagógico – Importância e Conceitos

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que expressa a proposta educacional da escola, na qual cada membro da comunidade escolar tem seu papel, bem como suas responsabilidades. O PPP é um dos pilares principais na construção de uma gestão democrática. É através dele que o gestor escolar reconhece e valoriza a participação de todos da comunidade para definir metas, implementar ações e práticas pedagógicas.

Segundo Veiga (2009), o processo de construção do projeto pedagógico da escola pode ser considerado em duas dimensões: o tempo cronológico e o tempo pedagógico. O tempo cronológico “é aquele em que a realidade é representada, na forma que ocorreu no passado. É o tempo marcado pelo relógio, pelo horário, pelas horas, minutos e segundos” (VEIGA, 2009, p.165). Entende-se por tempo pedagógico o tempo de experiência vivido predominante em sala de aula, com o processo de aprendizagem acontecendo de forma ininterrupta, onde o diálogo, o conhecimento, as decisões pedagógicas, a solidariedade, a empatia, devem prevalecer. Portanto, segundo Veiga (2009, p.165),

[...] na prática pedagógica, enquanto planejamos uma aula, detemos nossa atenção no tempo cronológico, pois refletimos a aula anterior e preparamos a aula que irá acontecer. Ao contrário, quando estamos em sala de aula, na relação professor-aluno, estamos imersos no tempo pedagógico.

O PPP, no seu processo democrático de construção de decisões, desenvolve-se de forma que o trabalho pedagógico possa superar os conflitos presentes, visando eliminar competições, autoridades, diminuindo as consequências da divisão de trabalho e das marcas da hierarquia de poderes.

Considerações Finais

A gestão democrática dentro da escola contribui com o andamento educacional e com a organização da mesma. Cabe à coordenação da rede de ensino fazer com que essa gestão possa estar sempre inserida dentro das instituições, fazendo com que todas as pessoas inseridas no meio escolar possam contribuir para a tomada de decisões.

Com o bom andamento da gestão democrática, é possível fazer com que a utilização do PPP seja mais praticada e de forma que todos possam ajudar. Algumas redes de ensino ainda impõem barreiras para fazer o uso dessa ferramenta, que é uma porta de entrada para o planejamento educacional.

O PPP é fundamental para se construir uma gestão democrática, por mais que existam ainda escolas que não aderiram à gestão democrática. A gestão democrática se faz a partir da transparência, da participação. A comunidade necessita de meios para defender seus direitos frente à gestão escolar, e por outro lado, tem que ter o compromisso moral para garantir a sua participação nos processos de ensino e aprendizagem no âmbito da escola.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 jun. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PIRES, Pierre André Garcia; GONÇALVES, Rafael Marques. Gestão democrática no contexto da legislação brasileira: lutas e embates para a democratização do ensino público. **Rev. Gest. Aval. Educ.** Santa Maria v.8 n.17, p. 1-13, 2019.

RODRIGUES, Rodrigues Soares Guimarães; SILVA, Luana Rosa de Araújo. Paulo Freire e gestão democrática: aproximações epistemológicas e formativas. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 37, n. 2, p. 832 - 850, mai./ago. 2021.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática Novos marcos para a educação de qualidade. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.



CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Ana Rita Gomes Bezerra

Ana Kelly Pereira de Sousa

Edilene Oliveira da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-X

Introdução

A escola pública tem como objetivo formar cidadãos autônomos e críticos de sua realidade, construindo conhecimentos de forma participativa, em busca do exercício da cidadania. O conselho escolar constitui-se como um instrumento de democracia, desempenhando um papel decisivo nesse processo, pois articula todos os sujeitos educativos da escola para acompanhar e deliberar suas ações.

O problema de pesquisa foi delimitado da seguinte forma: o funcionamento do conselho escolar contribui para a democratização da gestão na escola? O objetivo consiste em compreender a participação do conselho na gestão

escolar, assim como verificar o papel desempenhado por este conselho na construção da gestão democrática escolar.

Implantar um espaço democrático nas escolas não é tão fácil quanto parece, pois enfrenta-se inúmeros desafios, sendo um deles a falta de senso de coletividade e informação. Assim, tornar a comunidade mais ativa no meio escolar é uma tarefa muito difícil. Por esse e outros motivos, a ideia de uma escola democrática acaba ficando apenas no papel e não é colocada em prática, tornando-se apenas teoria, ou seja, sendo efetiva apenas no ideal, pelo fato de não ter a participação ativa da comunidade, que, muitas vezes não sabe como se envolver.

Inserir a comunidade no ambiente escolar abre canal para uma escola aberta, mais próxima da realidade, deixando de ser um espaço fechado, agindo democraticamente e abrindo as portas para as diversidades de culturas e religiões, onde são valorizadas e não excluídas. Por esse motivo, a escola deve ser aberta para que a comunidade externa traga ideias que de fato são importantes para serem discutidas, acabando, assim, com certos preconceitos.

O conselho escolar é visto como um meio de transformação da educação no âmbito da escola, um dos pilares para uma educação assertiva de maior qualidade, pois garante maior participação da comunidade educativa. É uma ferramenta privilegiada para se ter uma educação abrangente, marcada pelo diálogo e o respeito, pela busca do consenso. Para se ter uma educação de qualidade, é necessário haver uma boa comunicação entre todos os que formam o conselho.

Neste viés, a organização de conselhos escolares nas escolas públicas requer um aprendizado, de maneira geral, acerca de todos os assuntos que dizem respeito à gestão participativa em torno do ambiente escolar. O conselho democrático escolar possibilita que todos venham a conhecer melhor o meio escolar,

como está funcionando, o que objetiva, sua finalidade no ambiente escolar, com está sendo executado o seu Projeto Político Pedagógico, informando a todos como funciona a escola.

A primeira etapa de realização da pesquisa consistiu na sistematização das informações, partindo de uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos e/ou materiais disponíveis na internet. A coleta de dados foi de um estudo de caráter investigativo sobre o funcionamento do conselho escolar nas escolas públicas. Com base nas análises dos artigos, observamos que nem todas as escolas têm um conselho efetivamente ativo, mas sabem da sua importância.

Conselho Escolar nas Escolas

O conselho escolar é responsável por promover a participação da comunidade na gestão da escola, por meio de membros que representam os vários segmentos educativos, visando sempre à coletividade e à qualidade de ensino. De acordo com Veiga (2001), o conselho, idealizado como “[...] espaço de debate e discussões, permite que professores, funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses, suas reivindicações” (VEIGA, 2001, p. 115). Nesse sentido, podemos observar a importância da participação da comunidade escolar e toda a comunidade em geral nas tomadas de decisões que envolvam a escola, ou seja, estimulando um espaço de debates e discussões onde todos podem falar o que pensam e o que acham que poderia ser melhorado, desde as avaliações até mesmo à merenda escolar, visando sempre melhorar a qualidade de ensino.

O conselho é responsável por três funções: deliberação, coletividade e participação. Esses conceitos fazem parte do conselho escolar e devem ser observados democraticamente. No entanto, observando alguns artigos que falam sobre democracia em escolas públicas, podemos observar que existem muitos desafios na prática. Algumas escolas, todavia, conseguem, sim, aplicar essa

prática no seu cotidiano, embora não seja algo que se consiga da noite para o dia, mas, pelo contrário, exige tempo, muita dedicação e participação de toda a comunidade.

O conselho escolar é o espaço que reúne representantes escolhidos pelos vários segmentos de toda a comunidade escolar. É o local de enfrentamento de grandes desafios da educação, mas também das dificuldades do dia-a-dia escolar, contribuindo para a criação de um ambiente institucional saudável, no qual se pode trabalhar juntos de uma forma mais igualitária e justa, onde todos podem propor ideias para solucionar os desafios apresentados.

A participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles. Portanto, está centrada na busca de formas mais democráticas de gerir uma unidade social. Define-se, pois, a gestão democrática como o processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões: envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo de melhoria contínua como um todo. (LÜCK, 2013, p. 57).

Participação e Democracia em Escolas Públicas

As escolas públicas, depois de uma luta constante na busca de se constituir como espaço de direitos e deveres, foram contempladas como sendo um espaço não apenas de transmitir conhecimentos, mas um espaço onde a participação de todos os envolvidos com os diversos segmentos da escola se faz relevante, para instituir uma escola democrática, com a participação de todos e da comunidade local. A escola pública tem como objetivo formar cidadãos autônomos e críticos de sua realidade, construindo conhecimentos de forma participativa, em busca do exercício da cidadania.

O espaço democrático nas escolas se constitui a partir de um grupo formado por pais, professores, alunos e funcionários, onde todos expressam suas

opiniões em relação às decisões a serem tomadas, em vista de melhorias nas escolas públicas. Após todos se expressarem, escolhem, de forma democrática, as pautas a serem levadas para a equipe gestora. Segundo Libâneo (2001, p. 111-112), “a escola como instituição social educativa, tem como função primeira a formação do cidadão para participar conscientemente da sociedade em que vive”.

Diante de todos os pontos apresentados sobre a importância de uma escola democrática, cabe à escola repensar o seu papel na formação de verdadeiros cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres perante a sociedade e, dessa forma, assumir tal compromisso com seriedade, eficiência e senso de coletividade. Somente assim a escola pode realmente se tornar um espaço de aprendizagem e exercício da cidadania.

Conselho Escolar de Forma Efetiva

Para Ciseski e Romão (2004, p. 66), “o conselho escolar tem por finalidade efetivar a gestão escolar, na forma de colegiado, promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola”. Aumentando os recursos disponíveis para implementar todas as ações que envolvam o conselho, o compromisso de todos os membros é manter a coletividade e a qualidade de ensino, preparando um conteúdo e uma proposta de qualidade.

Os autores entendem o conselho escolar como órgão máximo de direção, uma vez que possibilita a comunicação e a articulação da ação pedagógica e administrativa da escola, promovendo a participação de todos em vista de melhorar o funcionamento do conselho nas escolas públicas, motivando o grupo que faz parte do conselho e opinando sobre todas as decisões a serem tomadas para, assim, manter um bom desenvolvimento de uma escola, com o conselho

escolar efetivamente ativo na instituição. Libâneo (2004, p. 77) afirma que “a escola é uma unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos”. Sendo assim, o pensamento de Libâneo reflete a realidade escolar, promovendo as pessoas a ser uma só, um conjunto que se ajuda e se integra em torno das decisões que são tomadas, em que todos participem de cada decisão.

A existência do conselho escolar de forma efetiva nas escolas públicas requer que todos os colegiados e os demais agentes participem de forma efetiva da gestão da escola. A educação precisa ser garantida para todos, onde todos possuem o mesmo engajamento em vista de soluções e decisões a serem tomadas diante do conselho escolar.

Considerações Finais

Podemos, contudo, observar que nem tudo que está na lei é o que se aplica de fato dentro do meio escolar. Para um ensino de qualidade, é necessário um compromisso maior, tanto da equipe gestora quanto da comunidade, para que as metas e objetivos propostos no projeto político pedagógico sejam atingidos.

Desenvolver a gestão democrática faz parte do compromisso social, e deve ser realizada pelos gestores. Para a maioria, no entanto, falta esse compromisso. Respeitar as normas, segui-las e trazer a comunidade para o ambiente escolar, proporcionando um ensino de qualidade é um grande desafio, que exige dos gestores mais aptidão e compromisso para desenvolver esse papel.

A gestão democrática no âmbito da educação só é viável com a participação dos pais, alunos, professores e diretores, aliás, de todos os que participam do processo educativo, produzindo novas ideias, novos argumentos que possam ajudar a melhorar o rendimento da escola em geral.

Portanto, nossa pesquisa constata que o conselho faz parte do âmbito escolar em algumas escolas, mas com exceções. Podemos destacar que a participação na gestão é direito de todos e não somente da equipe gestora. Os gestores, claro, são responsáveis para liderar os processos, trazer as informações, falar da importância, mas cabe à comunidade decidir se quer ou não participar.

Nos ambientes escolares, é necessário haver uma boa administração dos conselhos, para, assim, desenvolver o que é designado. Ademais, é importante ressaltar que é necessário criar alternativas que possam objetivar uma maior participação da família em relação à educação de seus filhos.

Referências

CISESKI, Ângela Antunes; ROMÃO, José Eustáquio. **Conselhos de Escola**. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. 5º ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática**. 1º ed. Goiânia: alternativa, 2001.

LUCK, Heloisa; **A gestão participativa na escola**. 11º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de (Orgs.) **Escola: Espaço do projeto político pedagógico**. 4ª ed. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2001.



A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO ESCOLAR E DO CONSELHO DE CLASSE PARA A EVOLUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

Carlos Manoel da Cunha Bezerra

Francisco Thiago Noronha

Tailan José da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-128-D

Introdução

O conselho escolar e o conselho de classe se mostram importantes meios de mediação entre escola e família, e também entre direção e sala de aula, que atuam em prol do desenvolvimento da instituição, mantendo sempre a transparência nas determinações e decisões tomadas.

Tendo em vista a importância desses conselhos para a instituição, mostra-se necessária a criação e aplicação de seus métodos com a ajuda de todos os participantes dos mesmos, sempre prezando pela participação de todos os

membros, com destaque para a participação de membros de fora do corpo docente da instituição, em relação ao conselho escolar. Por outro lado, a participação dos alunos tem sua importância, já que mediará as relações entre a sala de aula e os gestores da escola.

O presente capítulo tem como objetivo compreender em que medida o conselho escolar e o conselho de classe evoluíram durante o passar dos anos e o quanto influenciam para que haja uma nova configuração na gestão democrática escolar.

Como metodologia, o estudo recorreu à pesquisa bibliográfica, por meio de leituras exploratórias de artigos científicos, livros, revistas, jornais e anais de eventos científicos, que serviram de embasamento para o trabalho sobre o tema escolhido: as funções e características das estruturas do conselho escolar e do conselho de classe dentro do ambiente escolar.

Conselho Escolar

Segundo Ribeiro e Oliveira (2018, p. 591), “o conselho escolar é retratado como um órgão associado à gestão da escola, atendendo características de um instrumento consultivo, decisório e mobilizador”. Portanto, seria responsável pela tomada de decisões dentro da escola, feita de forma democrática e transparente, entre os membros participantes do conselho, formado por pais de alunos, professores, alunos, membros da comunidade e diretores da escola.

A participação dos pais é um fator de suma importância para um melhor desenvolvimento do aluno, já que os pais acompanhariam de perto a vida educacional do seu filho, participando ativamente junto com os demais componentes do conselho nas tomadas de decisões da escola, atuando também como mediador entre a escola e o aluno, facilitando ainda mais a relação entre escola e família. Lück (2013) afirma que

[...] a participação dos pais na vida da escola tem sido observada, em pesquisas internacionais, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escolar (LÜCK, 2013, p. 86).

Mas nota-se que, em geral, há pouco envolvimento dos pais na vida escolar. Conforme Lück (2013, p. 83), “algumas vezes teme-se a participação de certos pais que, sendo muito eloquentes e de temperamento forte, tentam impor sua vontade sobre procedimentos escolares”. Isto deve-se à falta do diálogo entre a família e a direção da instituição. Esse desafio só poderia ser solucionado por meio do diálogo entre os representantes legais dos alunos e os gestores da escola, para que houvesse o entendimento dos pais sobre a questão, promovendo, assim, o envolvimento dos mesmos.

Para Júnior e Cardoso (2019, p. 78), “os conselhos escolares possibilitam a democratização do espaço escolar, bem como a possibilidade de uma articulação participativa em prol da melhoria da qualidade da educação”. Com a criação do conselho escolar, muitas questões seriam mediadas com mais transparência e democracia, pois diversas pessoas estariam envolvidas, e de maneira democrática tomariam as decisões com o intuito de melhorar a escola e também as formas de ensino, por meio de votações ou de conversas entre o grupo de pessoas formadoras do conselho. O conselho, então, interviria, propondo ações pedagógicas para o melhoramento do ensino ministrado. Com isso, se entende que

[...] o conselho escolar tem papel decisivo na gestão democrática da escola na medida em que reúne a comunidade escolar para decidir, discutir, definir, acompanhar e avaliar o desenvolvimento e as necessidades que a escola apresenta. Garante a plena participação nas tomadas de decisões, possibilitando a aprendizagem da habilidade de lidar com as diversidades de ideias, de opiniões e de concepções de educação (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018, p. 597).

Para a criação do conselho, é necessário que a gestão da escola apresente os benefícios para os membros da comunidade e para os responsáveis dos alunos, mostrando que tais benefícios seriam tanto para a escola como também para a qualidade de ensino do aluno. Outro ponto importante seria a apresentação de como seriam mediadas todas as determinações para a instituição, para um melhor entendimento por parte dos membros de fora da escola.

Conselho de Classe

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 47), é importante “compreender as ligações do espaço escolar com o sistema de ensino e com o sistema social, para articular as práticas pedagógico-didáticas com as demais práticas sociais concorrentes”. Sabemos que é de grande importância o conselho de classe avaliar as metodologias que estão sendo aplicadas e as formas como estão sendo avaliados os alunos, já que em uma escola existem diferentes culturas, povos, etnias e religiões. É dever do conselho, então, avaliar opções para melhorar as práticas de ensino e dar suporte para que o docente consiga realizá-las com qualidade.

Dentro do conselho, é importante que exista um ambiente de cooperação, com trocas de experiências e formas de repassar conteúdos, para que se crie um clima leve e de confiança entre os integrantes da instituição. Segundo Lück (2013, p. 96), “somente pela realização de atividade coletiva, mediante espírito de equipe, emana toda a energia criadora dos elementos componentes de um grupo social”.

É importante que sempre haja a interação de diretor e professores com os alunos, para entender quais as metodologias que estão tendo resultado positivo, para continuar sendo aplicadas. Segundo Lück (2013, p. 94), “a ocorrência de dificuldades de comunicação e relacionamento interpessoal é geradora de ten-

sões”. Por isso é sempre necessário tomar cuidado com o que é falado e feito dentro da sala de aula, para não criar um ambiente sem comunicação e respeito.

O conselho de classe deve sempre exigir na sua grade curricular matérias que ajudem o aluno a ter senso crítico do que ele deve ou não aceitar e do que ele é capaz. Para isso, devem sempre existir na grade curricular matérias que tragam o cotidiano dos alunos para dentro das salas de aula. O docente, por sua vez, é responsável por repassar o conteúdo e fazer com que os alunos vivenciem aquilo na sua realidade do dia a dia.

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (LIBÂNIO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 132).

Algumas Contribuições dos Conselhos de Classe e Escolar para a Evolução da Gestão Democrática Escolar

Ao se tratar de gestão democrática escolar, cabe lembrar da importância da mesma para o ambiente na escola, uma vez que a participação dos diversos agentes que fazem parte da comunidade escolar é de fundamental importância, independentemente da sua posição quanto a cargos dentro da escola, “com abrangência e alcance variados, indo desde a simples presença física em um contexto até o assumir responsabilidade por eventos, ações, situações e resultados” (LÜCK, 2013, p. 31). Desse modo, entende-se que a gestão democrática escolar necessita que todos os pilares que a compõem estejam aptos e comprometidos, para assim desempenhar suas funções dentro da escola, dentre elas os conselhos escolares e de classe, que têm papel muito importante dentro da gestão democrática escolar.

A educação vem se transformando dia após dia, apresentando novas formas de se enxergar o contexto escolar. Segundo Martins (2013, p. 10), “a Educação é uma luta histórica, cujo reconhecimento e implementação vêm acontecendo gradualmente”. A constante evolução que vem acontecendo no ambiente escolar traz consigo exigências que implicam em mudanças no modo de gerir uma escola, o que torna necessária a elaboração desses conselhos democráticos e participativos, para que, assim, se consiga um contexto afetivo dentro da escola.

Nesse sentido, inserir o conselho escolar nas escolas contribui de forma promissora para a gestão democrática escolar, já que o mesmo apresenta funções que exigem a participação de todos os membros que o compõem. A criação do PPP (Projeto Político Pedagógico) é um ponto fundamental, quando se refere a essas contribuições, já que o conselho escolar deve participar da elaboração e acompanhamento do PPP e, assim, conseguir um panorama do funcionamento gestacional da escola, como descreve Martins:

No que se refere ao PPP, a participação do conselho escolar na sua elaboração é fundamental, visto que existe a necessidade de se acompanhar as ações realizadas pela escola, se o que foi decidido está sendo colocado em prática e se estão sendo alcançados os objetivos propostos, ou seja, deve existir um acompanhamento permanente de forma diagnóstica e principalmente avaliativa, para assim, se necessário for, avaliar e reavaliar quais ações devem ser implementadas, mantendo o que está dando certo, mas possibilitando uma nova intervenção. (MARTINS, 2013, p. 13).

O conselho escolar deve construir relações diretas com os métodos de ensino e aprendizagem da escola, para assim continuar se inserindo e contribuindo para a evolução da gestão democrática escolar.

Em outra perspectiva, cabe lembrar do conselho de classe, estrutura que, ao ser inserida na escola, desempenha um papel de fundamental importância na evolução da gestão democrática escolar. Diferente, porém, do conselho es-

colar, o conselho de classe fica de forma mais restrita a desempenhar funções nas áreas avaliativas, abrindo possibilidades para o aluno que apresentou dificuldades durante determinado período dentro da escola, como reflete Alves: “[...] é um momento em que se reúnem todos os envolvidos no processo pedagógico, onde se buscam alternativas para as dificuldades encontradas durante o período, através de reflexões a respeito da realidade em que estão inseridos” (ALVES, 2018, p. 15).

Nesse sentido é inquestionável o fato de que a gestão democrática escolar necessita dessas estruturas internas constituídas pela comunidade, pelo papel que as mesmas desempenham dentro da escola. A existência desses conselhos proporciona uma descentralização no ambiente escolar, tornando-o, consequentemente, democrático.

Considerações Finais

A escola vem se mostrando um espaço diversificado e ao mesmo tempo complexo, cuja administração exige uma cooperação constante e abrangente para, assim, tentar suprir a necessidade de se tornar um espaço o mais democrático possível.

A evolução no método de gerir as escolas tem tido contribuições notórias das estruturas internas que normalmente fazem parte da gestão escolar, estruturas essas que se fazem necessárias para que exista uma educação que não envolva apenas os alunos e os professores, mas a todos que, de alguma forma, estão ligados ao contexto escolar.

Os conselhos internos existentes nas escolas desempenham, em sua maioria, com excelência, esse papel, contribuindo para uma gestão democrática e eficaz dentro da escola, onde todos têm participação efetiva, deixando assim o ambiente escolar menos vertical e centralizado, ou seja, mais democrático.

Referências

ALVES, Paulete Cykman Rodrigues. **Conselho de classe participativo: um lugar pedagógico e democrático**. Universidade Federal de Santa Maria, Universidade aberta do Brasil, Curso de Especialização em Gestão Educacional, Novo Hamburgo, RS, 2018.

JUNIOR, Carlos Antônio Diniz; CARDOSO, Paula Phernanda dos Santos. Os conselhos escolares como estratégia para o fortalecimento da democracia no espaço da escola. **Revista Administração Educacional**, v.10, n. 1 p. 69-81, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar, Políticas, Estrutura e Organização**, São Paulo: Cortez, 10º edição revista e ampliada, 2012.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**, vol. III, Série Cadernos de Gestão, Editora Vozes, Petrópolis RJ, 2013.

MARTINS, Sílvia Helena da Costa. **A contribuição do conselho escolar em uma gestão democrática**, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Faculdade de Educação - FAE, Curso de Especialização em Gestão Escolar, Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, Márden Pádua; OLIVEIRA, Talita Renata Belintani. Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 2, p. 588-607, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um olhar panorâmico sobre o conjunto de capítulos reunidos neste e-book nos leva a constatar, com alegria, que, apesar do contexto desafiador que enfrentamos enquanto sociedade brasileira no âmbito da Educação, há jovens dispostos a pensar e refletir sobre o labor educativo com esperança e determinação. Constatamos que vale a pena, de fato, apostar na sua capacidade de construir conhecimento, quando incentivados e motivados a desafiar a realidade social e econômica que marca o cotidiano de grande parte deles, jovens da zona rural e urbana de pequenas cidades do nordeste brasileiro, que têm que dividir o tempo de estudos com jornadas exigentes de trabalho no campo ou na cidade, além das demandas familiares, considerando que muitos deles já são mães/pais ou são responsáveis por ajudar seus pais no sustento da casa.

O trabalho docente encontra sentido em experiências como essas, quando incentivamos a produção de conhecimento no contexto da formação inicial, oportunizando aos/às licenciandos/as o exercício da pesquisa e da escrita acadêmica a partir de seus lugares sociais e existenciais, vivenciando a experiência de serem autores e autoras, alimentando, assim, o círculo da construção do saber que caracteriza uma instituição educativa, sobretudo quando se trata de uma licenciatura, que objetiva a formação de professores para as diversas áreas do conhecimento.

A experiência da escrita coletiva deste e-book revelou-nos compreensões acerca da gestão escolar fundamentadas na participação democrática, que, nas-

cidas no ambiente acadêmico da Licenciatura em Ciências Biológicas do IFPI, no Campus Valença do Piauí, lançam luzes capazes de nos proporcionar uma leitura precisa da realidade da Educação em nossos dias, no que se refere à gestão e, ao mesmo tempo, ampliam horizontes para aqueles e aquelas que sonham com uma Educação voltada para a humanização dos sujeitos que compõem as comunidades educativas, de modo particular, os/as educandos/as, proporcionando-lhes qualidade humana nos processos de ensino e aprendizagem.

Os capítulos aqui apresentados constituem um mosaico de reflexões nas quais os/as licenciandos/as abordam de modo consistente a gestão escolar democrática em dois movimentos. Primeiro, a partir da problematização do próprio conceito, articulando discussões acerca de significados como participação, autonomia, descentralização e relações sociais, reafirmando a escola como um espaço-tempo propício para o cultivo de vivências que fortalecem nos/as alunos/as a consciência do seu papel na construção de uma sociedade justa e democrática. Num segundo movimento de escrita, os capítulos abordam instâncias específicas da gestão escolar, refletindo concretamente acerca da sua relevância para a dinâmica de uma gestão eficaz, tanto no cumprimento do objetivo essencial da escola – o processo de ensino e aprendizagem – como na criação de um ambiente educativo favorável à convivência, com o envolvimento e a participação de todos na gestão da comunidade educativa.

Como bem nos lembra o Prof. Libâneo no prefácio, todo o esforço pela promoção de uma gestão e organização escolar participativa deve estar a serviço do processo de ensino e aprendizagem, “sempre no propósito de uma Educação humanizante, emancipatória e democrática, visando ao desenvolvimento humano dos alunos”. Por essa razão, “esperançamos” e desejamos que os capítulos que compõem esta coletânea possam servir de inspiração para a promoção

da formação de docentes comprometidos com o exercício de uma Educação a serviço da formação humana de sujeitos livres e conscientes do seu papel de cidadãos/ãs na construção de uma sociedade assentada em valores democráticos, como o respeito aos direitos humanos, à dignidade de cada pessoa, na diversidade de seus “existires”, e a promoção da cultura da paz e do cuidado com a vida em todas as suas manifestações.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo



Professor substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Campus Valença do Piauí. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Educação Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - Campus Agreste). Licenciatura em Pedagogia e Filosofia. Bacharelado em Teologia e Especialização em Filosofia e em Hermenêutica Bíblica. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades – GEPIFHRI / UFPE/ CNPq e do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola – GEPECQ / UFPE/ CNPq. Possui interesse e orienta estudos sobre: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Educação Popular, Educação em Movimentos Sociais, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação em Direitos Humanos, Formação de Professores, Epistemologia e Ética.

Jonilsom Alves Pereira



Possui graduação em Licenciatura plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2005) e Especialização em Biotecnologia pela Faculdade Unyleya, do Rio de Janeiro. Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional PROFBIO – UESPI, Universidade Estadual do Piauí. Atualmente é professor dedicação exclusiva e coordenador da Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Campus Valença do Piauí.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

BLOCO I:

A Gestão Democrática e Seus Princípios: Uma Construção Coletiva No Cotidiano Escolar



Carlos Henrique Carvalho Silva

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Novo Oriente do Piauí.



Carolina Soares Sousa

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Novo Oriente do Piauí.



Isamara Carvalho dos Santos

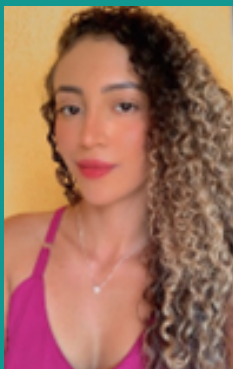
Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Novo Oriente do Piauí.

Os Princípios da Gestão Democrática, com Foco na Gestão Participativa



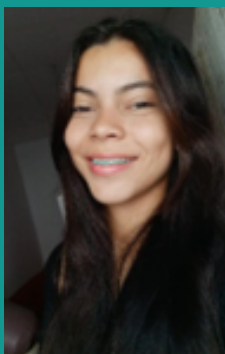
Marcos Victor Sosua Silva

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Renata Cardoso da Silva Lima

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Chapada (zona rural), Valença do Piauí.



Thaís Alves Dantas

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Lagoa do Sítio, Piauí.

As Dimensões e Princípios da Gestão Participativa no Contexto Escolar



Geovanna Stefany Nunes da Costa

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Flávio Segundo Ferreira da Silva

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Antônio Ryan de Sousa Pereira

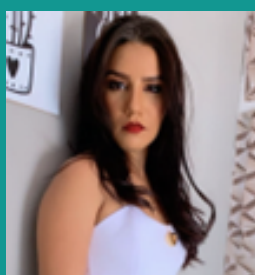
Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Assunção do Piauí.

Interferência do Modelo Civico-Militar na Gestão Democrática Escolar: Impactos na Autonomia dos Educadores e nos Projetos Pedagógicos



Maria Marcilene de Sousa Pacheco

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Nathacha Alves de Sousa

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Francinópolis, Piauí.



Odila da Silva Bezerra

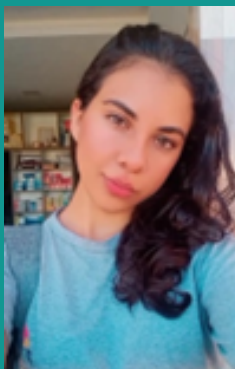
Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.

A importância do diálogo no jogo do poder para a construção da gestão democrática



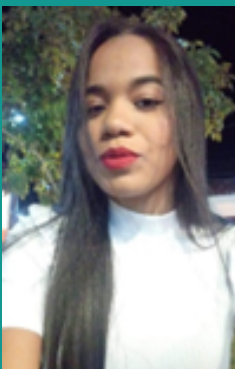
Gracilene Maria de Sousa Costa

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Letícia de Oliveira Carvalho

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Miguel Alves (zona rural), Aroazes, Piauí.



Maria Rafaela da Silva Vital

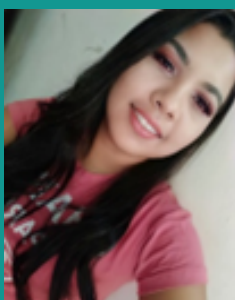
Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.

A gestão democrática no ambiente escolar a partir de Paulo Freire



Jordânia Catarina de Sousa e Silva

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Maria Clara Guilherme de Oliveira

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Vitória Isabel da Silva

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.

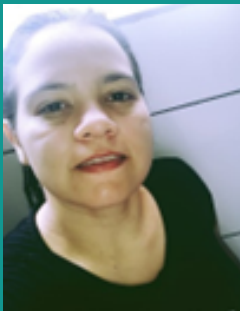
BLOCO II

A Importância dos Pais na Gestão Democrática



Diego Pereira Barros

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Sara de Sousa Gonçalves

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Elesbão Veloso, Piauí.



Naiá Meirelles Sousa Araújo

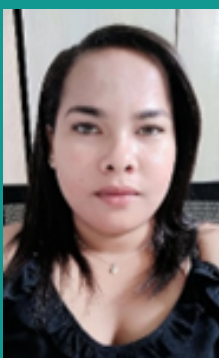
Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Inhuma, Piauí.

Conselhos escolares na desconstrução da estrutura militarizada das escolas



Nágela Cruz de Oliveira Silva

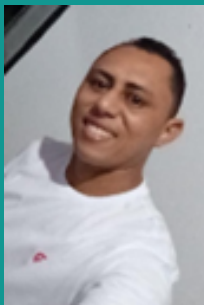
Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Francinópolis, Piauí.



Alissandy da Costa Lima

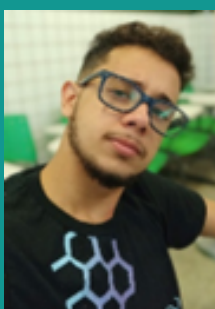
Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.

A importância da participação da coordenação pedagógica na gestão democrática: reflexões sobre as suas funções no contexto escolar



Adelino de Jesus Alves

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Comunidade João Pires (zona rural), Valença do Piauí.



Caike Carvalho Sousa

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Santo Antônio de Lisboa, Piauí.



Jórdan William da Silva Ribeiro

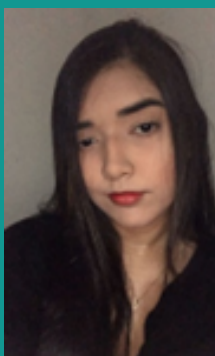
Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.

A importância do projeto político-pedagógico para a elaboração/implementação da gestão democrática no contexto escolar



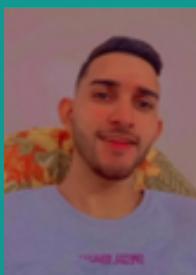
Yállen José de Souza Soares

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Atrás de Boa Esperança (zona rural). Inhuma, Piauí.



Adryelle Loureiro Dantas

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.



Hiago Ruan Barbosa do Nascimento

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Valença do Piauí.

Conselho escolar como espaço democrático nas escolas públicas



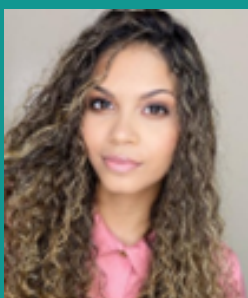
Ana Rita Gomes Bezerra

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. São Félix do Piauí, Zona rural.



Ana Kelly Pereira de Sousa

Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Novo Oriente do Piauí.



Edilene Oliveira da Silva

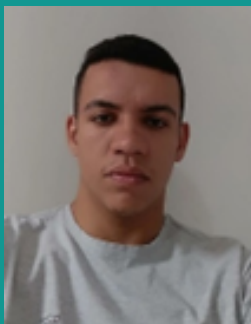
Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Miguel Alves (zona rural), Aroazes, Piauí.

A importância do conselho escolar e do conselho de classe para a evolução da gestão democrática escolar



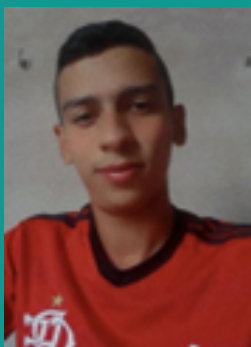
Carlos Manoel da Cunha Bezerra

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Localidade Barra do Manu, zona rural de Pimenteiras, Piauí.



Francisco Thiago Noronha

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Localidade Mestiço, zona rural de Pimenteirras, Piauí.



Tailan José da Silva

Licenciando em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - Campus Valença do Piauí. Localidade Aroeiras, zona rural de Monseñor Hipólito Piauí

